

08-0053/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO D COM PROCESSO 08 - 0053 / 2007 DE 2007

MATÉRIA LEGISLATIVA: RDP 08 - 0053 / 2007 DE 03/04/2007

PROMOVENTE: VEREADOR ADILSON AMADEU

EMENTA: CONVIDA O EXMO. SR. DEPUTADO ESTADUAL MAJOR OLÍMPIO GOMES A COMPARECER À CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO NO DIA 12 DE ABRIL DE 2007, ÀS 15 HORAS, A FIM DE ESCLARECER DÚVIDAS QUANTO ÀS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 2000 A 2006.

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
18/10/2010 17:24:54

00000006132-82



821
ARQUIVADO EM 02/05/2007

Viviane
VIVIANE DE FREITAS PO
Supervisora
SGP-33



Folhaº	1	Proc.	
nº	53		2007

Evento
Assistente Parlamentar
RF 100.453

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Det. m. m.
03/04/2007

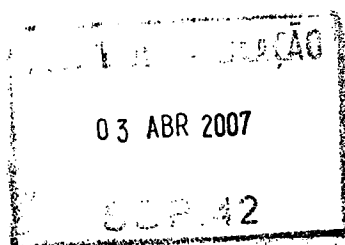
REQUERIMENTO

08 - RDP
08-0053/2007

REQUEIRO a Douta Mesa, na forma regimental, que seja convidado o **Deputado Estadual Major Olímpio Gomes**, a comparecer na **Câmara Municipal de São Paulo no próximo dia 12 de abril às 15:00h**, a fim de esclarecer algumas dúvidas por parte dos Vereadores desta Edilidade quanto às apurações de irregularidades cometidas pelo **Sistema Prisional do Estado de São Paulo**, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2006. **REQUEIRO** ainda que, se possível, quando de sua visita, sejam apresentadas as documentações sobre suas afirmações

Sala das Sessões,

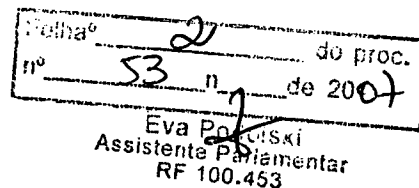
Vereador Adilson Amadeu



A SGP-23
Em 03/04/07 Oficial com a
Angela máxima urgência.
ANGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretaria de Apoio Legislativo
SGP-2

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha
de informação rubricados sob
nº 2993
Em 27/04/07
Ass: [assinatura]

Eva [assinatura]
Assistente Parlamentar
RF 100.453



Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 03 de abril de 2007.

SGP.23 nº 996/07

Senhor Deputado,

Comunico a Vossa Excelência que, na Sessão Ordinária de 03 de abril do corrente, o Plenário desta edilidade aprovou o Requerimento RDP nº 53/07, do Vereador Adilson Amadeu, convidando-o a comparecer na Câmara Municipal no próximo dia 12 de abril, às 15:00 horas, para prestar esclarecimentos sobre as apurações de irregularidades cometidas pelo Sistema Prisional do Estado de São Paulo, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2006.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.



ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do RDP nº 53/07.

A Sua Excelência o Senhor
Major Olímpio Gomes
Digníssimo Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.


JCSS/krms



Folha° 3 do proc.
n° 53 n de 2007

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 03 de abril de 2007.

Recebi ofício SGP-23 nº 996, de 03/04/07, convidando o Senhor Deputado Major Olímpio Gomes a comparecer na Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre as apurações de irregularidades cometidas pelo Sistema Prisional do Estado de São Paulo.

Anexo: cópia xerográfica do RDP nº 53/07.

mat. 19421
04/04/07

Forma 4 do proc.
nº 53 de 2007
Eva P. Joiski
Assistente Parlamentar
RF 100.453



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

**ESCLARECIMENTOS DO DEPUTADO ESTADUAL
MAJOR OLÍMPIO GOMES, ACERCA DA
APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES COMETIDAS
NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO
PAULO (RDP-08-0053/2007)**

SOLICITANTE: ADILSON AMADEU

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 de abril de 2007

OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)
Manifestação fora do microfone

8854



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° S
n° 53 07
Assistente Social
RF 100.453

rod.: 01 fl.: 2 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Neste momento a Casa recebe o Deputado Estadual e Major Olímpio Gomes, que irá fazer uma explanação a respeito do sistema prisional no período de 2000 a 2006.

Peço ao Cerimonial que convide o Deputado Estadual e Major Olímpio Gomes para ocupar a tribuna.

Quero anunciar a presença de 31 alunos da 6ª série do Colégio Santa Clara, da Vila Madalena, acompanhados da Professora Rira de Cássia. Agradecemos a presença desses jovens, futuro do Brasil, e de seus mestres.

Deputado Major Olímpio, é uma honra tê-lo aqui. Esta Presidência gostaria de dizer que sua fala é como um cidadão do nosso Estado, do nosso País e, logicamente, como Deputado do Estado de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. Olímpio Gomes.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, alunos que prestigiam a Câmara Municipal de São Paulo, servidores desta Casa, gostaria de fazer o meu pronunciamento principalmente como um cidadão e como um policial militar recém saído da ativa da Polícia Militar após 29 anos de trabalho.

Cumprimento a Câmara Municipal de São Paulo pela ousadia de se preocupar tanto com a população de São Paulo, a ponto de me convidar para tecer explicações sobre o que está acontecendo no sistema prisional; sobre o porquê tenho dito nos órgãos de imprensa que os ataques do PCC em maio do ano passado têm como ser apurados, as mortes apuradas.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 53 do proc.
Eva P. 531
Assistente Parlamentar
RF 10.453

rod.: 01 fl.:3 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data:12-04-07

Esta Casa, que representa o povo de São Paulo, para minha felicidade como cidadão, tem a ousadia de questionar o porquê daqueles ataques; o porquê de centenas de ônibus incendiados; o porquê das paralisações no trânsito e o pânico da população desta Cidade.

Cumprimento-os porque a minha Assembléia Legislativa, que passei a compor a partir do dia 15 de março, não teve tal ousadia, tal coragem. No dia 15 de março coletei 37 assinaturas para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliar e apurar o que trago no conteúdo de mais de 500 páginas que explicam exatamente porque a população desta Cidade durante uma semana viveu o pânico.

A minha Assembléia Legislativa, num primeiro momento, com 37 assinaturas se posicionou - e são necessárias 32 assinaturas para instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas quando o Governo acordou para o conteúdo da documentação - centenas e centenas de notas falsas, documentos que movimentavam criminosos hediondos para regimes abertos, que mostram a conivência, o conluio e o crime praticado por agentes públicos do Estado, juntamente com organizações não-governamentais que proporcionaram aquele estado de pânico na população desta cidade - seis parlamentares sensibilizados com Governo retiraram suas assinaturas para que os 40 milhões de habitantes do Estado de São Paulo não tomassem conhecimento, não soubessem o porquê desse conteúdo trágico ser apurado.

Por isso, cumprimento a Câmara Municipal de São Paulo porque ser Vereador, a vereança, antes de tudo é fiscalizar em nome do povo. E os senhores zelosos pelo bem-estar da população, estão fazendo o seu papel. Embora possamos dizer que o setor Segurança é função



rod.: 01 fl.: 4 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data: 12-04-07

fundamental do Estado e supletiva do município, mas se o órgão fiscalizador do Estado, se o Governo do Estado por questões políticas menores quer colocar o lixo debaixo do tapete, sinto-me honrado de ser cidadão morador da cidade de São Paulo e ter um Legislativo que muito além das suas preocupações em relação às atividades do Município, que são grandes, da terceira cidade do mundo, vai adiante, quer esse conhecimento e também quer buscar junto a um cidadão e também policial e momentaneamente deputado, o que pode ter ensinado ou que possa ensinar problemas gravíssimos na cidade de São Paulo.

O fato é que disponho de documentação, de um levantamento minucioso, elaborado entre o período de 2000 a 2006, do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo que mostra o sistema adotado de parcerias com as organizações não-governamentais que foram verdadeiras máquinas de desvio de dinheiro público, de conluio com criminosos, com movimentação de presos para que fossem libertados.

Dou exemplo de preso do bando do Elias Maluco - responsável pela morte do Tim Lopes - que foi transferido com laudo falso de um psicólogo de uma ONG, de um presídio de regime fechado, condenado a 142 anos de prisão, para o Centro de Re-socialização de Sumaré. No dia seguinte, o Centro foi tomado e o preso resgatado por quadrilha de marginais. Tal procedimento se tornou uma constante, Srs. Vereadores, num período de seis anos.

Quando a população do Estado de São Paulo se vê sobressaltada com os indultos, que costumo chamar de insultos à população, tem razão. No último final de semana, tivemos indulto da Páscoa, pois a legislação estabelece que presos podem sair para visitar seus



Folha nº 8
nº 33
Assistente Parlamentar
RF 00.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:5 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data:12-04-07

familiares em cinco ocasiões durante o ano. A população fica sobressaltada porque são dez, doze mil presos liberados. Em contrapartida, os criminosos, desviadores de dinheiro público, tanto agentes públicos da Secretaria de Assuntos Penitenciários, provocadores da morte de policiais e do pânico nesta cidade e no Estado, e mais dirigentes de ONGs comemoram. Cito um exemplo, um presídio teve 1054 presos colocados em liberdade no indulto do Dia das Mães, ano passado - e tenho a documentação comprovando e vou deixá-la à disposição da Câmara Municipal de São Paulo -, o que deixou a população sobressaltada. E os desviadores do dinheiro público comemoram porque faturam para que o Estado pague a alimentação dos 1054 presos, café, almoço e jantar, pelos cinco dias de indulto, como se todos estivessem presentes e se alimentando. Ao longo do ano, isso vai gerando milhares e milhares de reais. Outro exemplo são veículos particulares adquiridos.

O SR. ARSELINO TATTO - V. Exa. me concede aparte?

O SR. OLÍMPIO GOMES - Pois não.

O SR. ARSELINO TATTO - Primeiramente, quero agradecer que V. Exa. tenha atendido convite desta Casa do Presidente da Edilidade, para vir aqui, e de forma corajosa, expor essa questão e assim me solidarizo.

V. Exa. procurou - exercendo o seu papel de parlamentar eleito brilhantemente pela população - aprovar uma CPI na Assembléia Legislativa e, estranhamente, vários deputados retiraram suas assinaturas. Essa é a forma de o PSDB gerenciar os destinos do Estado de São Paulo. Ao longo dos últimos oitos foram mais de 30 CPIs que o



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	9	Proc.	
nº	53	nº	07
Assistente Parlamentar			
RE 100.453			

rod.: 01 fl.: 6 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data: 12-04-07

então Governador Geraldo Alckmin - aquele que está nos Estados Unidos se preparando não sei para quê - não deixou que se aprovassem na Assembléia Legislativa. E a impressão que o PSDB dá hoje é de ser o senhor da moralidade, o partido da ética no Brasil; só que não permite que se vasculhem as denúncias que foram feitas. É a Febem, é o sistema prisional, é a cratera do Metrô, é o CDHU do Sr. Goro Hama, as ONGs da saúde, o problema do Casa, uma série de questões que não deixam investigar. Então, quero parabenizar V.Exa. pela coragem de vir a público. Já que lá estão calando a sua voz, não querem aprovar a CPI, pelo menos aqui V.Exa. tem oportunidade de colocar para os Vereadores da Cidade e para a população que assiste à TV Câmara São Paulo o que ocorreu de 2000 a 2006 no sistema prisional sob o comando do PSDB, do ex-Governador Geraldo Alckmin. Parabéns a V.Exa.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Agradeço a manifestação, Exa., e, não querendo partidizar condutas, como cidadão venho justamente no intuito de dar subsídios a esta Casa e à opinião pública, porque, como disse V.Exa., a minha Assembléia Legislativa não tem permitido. Tenho hoje 31 assinaturas e, se obtiver a 32ª e se instaurar uma CPI, com duas quebras de sigilo bancário e três de sigilo telefônico, altas autoridades terão graves problemas para explicar à população os desmandos criminosos. As provas são materiais, são contundentes. Não seria irresponsável de jogar palavras ao vento.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - V.Exa. concede aparte?



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 10
Proc. nº 100.453
Eva. GDSX:
Assistente Parlamentar
RF 100.453

rod.: 01 fl.: 7 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. OLÍMPIO GOMES - Pois não, Exa.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - V.Exa falou de diversos problemas no sistema penitenciário, com as ONGs. V.Exa. tem provas disso tudo? E quais medidas jurídicas tomou? V.Exa. encaminhou para o Ministério Público? O que o Ministério Público está fazendo em relação a tudo isso que está acontecendo?

O SR. OLÍMPIO GOMES - Perfeitamente, Exa. Tomei conhecimento dessas informações, já produto de relatório elaborado pelo novo Secretário de Assuntos Penitenciários, isso foi encaminhado ao Ministério Público, foi desdobrado para investigação por dez promotores que, ao que me consta, ainda não concluíram. Também, já que a minha Assembléia Legislativa entendeu por bem que a morte de 43 profissionais de segurança pública, sendo 25 companheiros policiais militares, mais policiais civis, mais agentes penitenciários, mais guardas municipais, mais cidadãos parentes de policiais, ou que estavam pedindo informações a policiais, não é relevante para uma apuração, entrei também com uma ação popular junto ao Tribunal de Justiça pedindo a suspensão imediata dos contratos das ONGs com o sistema prisional e com as Febems, porque o desvio de dinheiro público continua. O Art. 5º da Constituição, que trata dos nossos direitos e garantias individuais, no seu Inciso 73, diz que qualquer cidadão, e como venho aqui como qualquer cidadão, estou pedindo à Justiça, quando haja manifesto desvio de patrimônio público, anexada a documentação, que instaure o procedimento e de forma liminar já suspenda esses



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 11
Assistente Administrativo
RF 100.453
Eva P. P. P.
Assistente Administrativo
RF 100.453

rod.: 01 fl.: 8 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data: 12-04-07

contratos. V.Exa. saiba que tenho centenas e centenas de notas fiscais, notas fiscais de 40 mil reais de equipamento adquirido na Santa Efigênia; não existe o estabelecimento, não existe a nota. É desvio de recurso do erário municipal que V.Exas. terão oportunidade de verificar aqui neste momento.

A minha dor é exatamente a dor e a preocupação do cidadão. É necessário que se estanque o desvio de dinheiro público. É necessário que se estanque a movimentação de presos a critério de ONGs que muitas vezes são formadas na data e com fim específico para gerir os recursos do sistema prisional. É bom que se saiba que as ONGs não prestam contas ao Tribunal de Contas, daí a estratégia utilizada para que simplesmente o Tribunal de Contas apreciasse depois a prestação de contas da Secretária. Por isso não tenho dúvida e as provas são irrefutáveis.

O que a população do Estado de São Paulo, principalmente da cidade de São Paulo, sofreu com os ataques da facção criminosa em maio do ano passado foi gerado exatamente na mesma medida da corrupção e do conluio dos agentes públicos.

Tenho certeza de que não foi simplesmente um funcionário de terceiro ou quarto escalão de qualquer presídio o responsável por esses contratos. De forma nenhuma poderia, ao longo do tempo, ensejar tais desvios. Altas autoridades do poder público com responsabilidade objetiva se omitiram, foram muito incompetentes ou estiveram, o tempo todo, em conluio com marginais.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 12 de 20
do REG.
Assistente Parlamentar
Eva Polinski
RF 00.453

rod.: 01 fl.: 9 : rev.:
Orador(es):

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. JOOJI HATO - Caríssimo Deputado Major Olímpio, desejo parabenizá-lo pela coragem e pelos dados que V.Exa. traz a esta Casa, uma trincheira do povo, a maior do Hemisfério Sul.

Gostaria de relatar o trabalho da Casa. Os nobres Srs. Vereadores aprovaram várias leis que poderiam trazer à Cidade, e ao País, a Tolerância Zero adotada em Nova Iorque e outros países desenvolvidos. Cito alguns projetos de minha autoria como a Lei Seca, que fecha bares mais cedo para controlar a bebida alcoólica, responsável por acidentes é 92% dos assassinatos por motivos fúteis. Aprovamos também a lei que proíbe a comercialização e venda de bebida alcoólica em postos de combustíveis, em lojas de conveniência e que foi, infelizmente, vetada pelo Executivo Municipal. Foi vetado também o projeto da moto sem garupa em que o indivíduo que vai atrás com capacete, que é uma máscara, porta uma arma, assalta a todo instante. Até o filho do Governador, Geraldo Alckmin e um ministro foram assaltados. Eles dão a esta cidade a sensação de violência que não atrai investimento, só traz infortúnio, preocupação e afugenta investimento ocasionando o desemprego. Não é fácil a luta que V.Exa. trava e que nós travamos nesta Casa. Não é fácil lutar contra os lobbies como os de fabricantes de motocicletas ou da AmBev, dos fabricantes de bebida alcoólica. Vemos nossa juventude arrasada na universidade e na família com essa droga oficializada que destrói a família, desintegra e leva a vários acidentes. Faço parte da CPI que cuida dos adolescentes, das crianças, dos deficientes e da terceira idade. Vemos tantas coisas erradas no dia a dia da Cidade. Não haveria necessidade de tal CPI se os órgãos competentes cumprissem as leis que



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

3 13
Eva P. Podolski
Assistente Parlamentar
RF 00.453

rod.: 01 fl.:10 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

já existem e as que aprovamos aqui e na Assembléia Legislativa, a que V.Exa. pertence. Talvez não houvesse necessidade de CPI mas estamos vendo crianças e adolescentes sendo explorados sexualmente em torno do Ceagesp. Vemos crianças e jovens nos botecos da vida se embebedando. Qual é o futuro destas crianças? Qual é o futuro deste país. Não existe se não tomarmos providências. Podemos ter um papel eficiente como parlamentares para que possamos fazer leis e para que possamos trazer prevenção na área da segurança. São as leis aprovadas nesta Casa e que infelizmente não estão sendo aplicadas em nossa cidade. Parabéns pela coragem e pelos dados que nos traz. Obrigado.

O SR. JOÃO ANTÔNIO - Sou presidente da Comissão de Constituição e Justiça na Casa. Quero parabenizá-lo pela coragem e fazer algumas perguntas com base nas denúncias que V.Exa. traz. Gostaríamos de esclarecimentos sobre o que foi dito a respeito de desvio de recurso público com gasto fictício de alimentação de presos beneficiados com saídas temporárias. Sobre desvio de combustível na SAP - Secretaria de Administração Previdenciária. Sobre apropriação indébita cobrada por ONGs conveniadas com a Secretaria de Administração Penitenciária por consumo de energia elétrica. Sobre notas fiscais falsas de aquisição de material de informática. Sobre nota fiscal falsa de construção de edícula na Penitenciária Feminina de Campinas. Sobre as notas fiscais falsas de serviços de manutenção com endereço falso de empresa. Sobre aquisição de veículo indevida para presidente da ONG conveniada com a Secretaria de Administração Previdenciária com dinheiro proveniente de trabalho de presos. É isso mesmo, Deputado?

T A Q U I G R A F I A^{RF100}

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

Folha nº 33 de 14 do proc. nº 33007
 Eza Polonski
 Assistente Parlamentar
 RF 100453

rod.: 01 fl.:11 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Os presos trabalham dentro de um sistema jurídico estabelecido e há desvio? Desconto de 45% de produtos de trabalho dos presos? Pagamentos ilegais de alimentação por mais de um ano para presos de cadeias públicas da Secretaria de Segurança Pública e não da Secretaria de Administração Penitenciária? Fugas e resgates de presos perigosos condenados por crimes hediondos que foram indevidamente transferidos pelo CR de Sumaré?

Nobre Deputado, tenho acompanhado V.Exa. nessas denúncias e estou estarecido com essas questões levantadas. Gostaria que V.Exa. pudesse responder essas questões levantadas por mim, porque se forem verdadeiras, pelo amor de Deus, a Assembléia não aceitar CPI para investigar?

- Assume a presidência o nobre Vereador Celso Jatene.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jatene) - Nobre Vereador João Antônio, por favor, poderia encaminhar as perguntas ao nobre Deputado? Foram muitas perguntas e é para que possa responder. Peço licença aos vereadores que o Deputado possa dar respostas a todas as indagações para que um próximo vereador possa se manifestar em seguida.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Primeiramente, gostaria de mais uma vez agradecer. Deixe-me explicar como funcionava, ou como ainda funciona porque não vamos poder investigar, o desvio de alimentação dos presídios. É bom que se entenda que foram feitos contratos com organizações não-governamentais para que gerissem algumas áreas dentro do sistema prisional, o que a princípio melhorou a qualidade do



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 15 do proc.
n° 53
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RA 100453

rod.: 01 fl.: 12 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

serviço prestado e em tese daria uma redução significativa de custos. Assim, nasceram algumas organizações não-governamentais como a APAC, de Bragança Paulista, que administra quatro presídios. Tem um orçamento anual de 12 milhões 227 mil 752 reais e 47 centavos, sendo que para a penitenciária feminina de Santana, 4 milhões 533 mil 984; o presídio Ataliba Nogueira, 3 milhões 222 mil 137; penitenciária 3 de Hortolândia, 3 milhões 295 mil 608; CR de Bragança Paulista, centro de ressocialização, 1 milhão 176 mil, num total de 12 milhões 227 mil reais por ano, dá 1 milhão de reais por mês.

Quero esclarecer que inclusive serviços de assistência médica, o auxílio psicológico, passaram a ser missões específicas nesses contratos celebrados com as ONGs. Até causa grande estranheza, e V.Exa. perguntou com propriedade na questão da alimentação, que contratualmente não existe a obrigatoriedade da ONG servir alimentação. Isso foi feito ao arrepió do contrato, o que já enseja um crime da administração pública. Por que isso? Porque nobre Vereador e Srs. Múncipes, imaginem uma situação que durante cinco dias, 1.054 presos foram liberados do presídio para visitar familiares no indulto. Logicamente esses presos não se alimentaram no presídio. Se for computada a alimentação, café, almoço e janta, durante cinco dias, para 1.054 presos e faturado, como tenho as provas materiais e vai ficar de posse da Câmara Municipal e V.Exa. poderá manusear e ficar mais estarecido ainda, mais perplexo ainda, na verdade serão no indulto 100 mil reais desviados. Quando das minhas denúncias foi perguntado ao Presidente dessa ONG específica, a resposta dele foi a seguinte: "a alimentação estava lá disponível, eles é que não estavam



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 16 do proc.
n° 33
Eva Polinski
Assistente Parlamentar
RA 100463

rod.: 01 fl.:13 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

lá para comer". Esse é o trato e o zelo com dinheiro público nesse momento.

Para que V.Exa. possa saber, temos o presídio Ataliba Nogueira, em Campinas, em que 547 presos saem todos os dias no regime semi-aberto para trabalhar, não tomam o café da manhã e nem almoçam, mas são faturados o café e o almoço todos os dias, como se estivessem lá, produto e fruto dos nossos impostos.

Muitas vezes, quando essas ONGs dizem que conseguiram até abaixar o custo da administração do presídio, tem uma gordura fantástica de dinheiro desviada nisso que é uma coisa assombrosa; veículos das ONGs que abasteciam em postos de combustíveis como veículos do Estado.

Veículos comprados, particularmente pelo Presidente da ONG, e quando inquirido pela TV Gazeta, diante das minhas denúncias. Ele disse: "Não! Eu ganhei o carro do gerente do banco, porque ele disse eu deixasse o dinheiro da conta da ONG no banco, seria muito bom para o banco, daí ele me deu uma Parati 0KM de presente." O veículo da ONG, só que é registrado em nome do presidente da ONG.

Para que V.Exa. saiba, até fazendo um complemento disso, só para fazer a contabilidade dessas quatro ONGs, temos um escritório de contabilidade em Bragança Paulista, que a fachada é um escritório de advocacia, cujo o sócio é o Presidente da ONG, que fatura 18 mil reais por mês só para fazer a contabilidade da ONG.

Tenho um funcionário aqui Ariel de Castro, ele consegue trabalhar em três presídios. Está aqui os holerites dele. V.Exa. pode



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº 18 do proc.
nº 53 n 992007
EWA Adolski
Assistente Parlamentar
RFA 00.453

rod.: 01 fl.: 15 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

Então queria parabenizá-lo, porque aqui não se trata de PT, PSDB, PMDB, PPS. Trata-se de segurança pública, que é um serviço que tem de ter continuidade, independentemente do partido. Educação, segurança pública e saúde, não pode estar a mercê de governo e nem de partido político.

Portanto não quero aqui me colocar na situação de que V.Exa. está aqui, porque está querendo eventualmente constranger a bancada governista desta Casa. Não! V.Exa está aqui para esclarecer e mostrar a pouca vergonha que está acontecendo na cidade de São Paulo e principalmente no Estado de São Paulo, com o sistema prisional. Sou advogada, sei muito bem como isso funciona e aqui na Casa temos advogados criminalistas, civilistas, tributistas, delegados de policia. Sabemos muito bem que não podemos discriminar e marginalizar o funcionário público. Que dentro dos seus poucos minguados salários fazem o que podem. Mas também não podemos aceitar que esse mau funcionário coloque em risco a população dessa cidade. Não queremos mais passar por esse dia de terror como aconteceu nesse maldito dia 15 de março.

Então quero cumprimentar deputado e dizer, com relação a esse funcionário, que mais do que trabalhar em três penitenciárias é levá-lo sim, a uma investigação mais séria. Como é que alguém pode trabalhar em três presídios? E aí a questão não é porque é do PT, do PMDB, do PSDB, PPS. Não é nada disso. Mas é saber como é que alguém pode ser contratado em três lugares diferentes. Eu não consigo ser vereadora em três Câmaras Legislativas.



rod.: 01 fl.:16 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Então quero cumprimentá-lo, porque é grandiosa a sua postura. Além de estadista e de deputado, porque coloca em risco a sua própria pele e sabemos que na maioria das vezes as pessoas se acovardam, porque estamos lidando com quadrilhas, com pessoa que tem aí denunciadas as contas. Temos aí esquemas grandiosos feitos não só por essas organizações, mas também por esses idos partidos do crime.

Então queria cumprimentá-lo, por ter a coragem de estar aqui. Nós verdadeiramente não podemos fazer nada pela segurança pública. Mas a nossa voz tem de ser ouvida, afinal nós representamos a cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jatene) - Quero pedir novamente aos Srs. Vereadores, não quero chegar ao ponto de desligar e ligar microfone de apartes. Mas quero pedir que tenham a compreensão para que o Deputado possa desenvolver o raciocínio para poder responder as perguntas. Em seguida a palavra fica aberta para qualquer vereador que queira fazer perguntas. O Deputado está aqui para isso. Vamos deixá-lo concluir. Responder o que tem para responder para que possamos fazer novas indagações.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - (Pela ordem) - Sr. Presidente apenas para fazer um questionamento. Se há alguma lista onde os Vereadores se inscrevem para poder falar. Porque acho que o nobre Vereador João Antônio elencou aí, provavelmente, talvez 30 a 40 perguntas. Se formos esperar o Deputado responder todas as perguntas, por exemplo só de um vereador, do nobre Vereador João Antônio, vamos ficar aqui até meia noite.



Folha nº 53 do proc. 08.2007
Assistente Parlamentar RF 100.453
Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 17 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. PRESIDENTE (Celso Jatene) - Nobre Vereador, eu assumi a Presidência dos trabalhos, no meio do caminho. O primeiro aparte foi do nobre Vereador Arselino Tatto, foi rápido, em seguida veio um aparte um pouco mais demorado.

Estou tentando organizar os trabalhos com o intuito de aproveitar, ao máximo, a presença do Deputado e permitir que S.Exa. desenvolva seu raciocínio. Farei isso, desde que os Vereadores respeitem o critério estabelecido.

Vou deixar o microfone de aparte aberto, mas peço a compreensão dos nobres Vereadores no sentido de esperar o nobre Deputado concluir o raciocínio. Depois, abriremos a palavra aos nobres Vereadores. Não quero cassar a palavra de ninguém, ao contrário, quero organizar os trabalhos para que possamos aproveitar, ao máximo, a presença do Deputado.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Meu apelo é no sentido de que haja uma divisão equitativa do tempo. Como líder da bancada do PSDB nesta Casa, gostaria de fazer algumas colocações.

Hoje, por exemplo, tive uma longa conversa com o ex-Secretário de Administração Penitenciária, Sr. Nagashi Furukaa, e tenho algumas colocações a fazer.

Lamento profundamente o fato de que esse debate seja na Câmara Municipal de São Paulo. Ouvi a questão da cidade de Bragança, onde acredito reside o nobre Deputado...



Folha° 21 do proc.
n° 53 de 2007
Eva Padoa-Ski
Assistente Parlamentar
R\$ 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:18 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

O SR. OLÍMPIO GOMES - Não, resido em São Paulo.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Ou pelo menos é sua base eleitoral...

O SR. OLÍMPIO GOMES - Não, minha base eleitoral é em São Paulo.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR.- Mas tratar questões do Estado de São Paulo dentro da Câmara Municipal nos parece, no mínimo, como bem colocou a nobre Vereadora Myryam Athie, um tanto quanto inoportuno.

Queremos participar e debater sobre qualquer coisa que venha em direção dos interesses da cidade. Mas lamento, por exemplo, que o outro lado não esteja presente. Seria interessante que o Secretário Nagashi pudesse participar deste debate.

Insisto, esta não é a arena primordial para este debate, mas sim a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e para isso os deputados foram eleitos. Seria extremamente oportuno fazer esse debate lá, com o cuidado de ter a presença das duas partes.

Parece-me, Sr. Presidente, que é uma posição extremamente cômoda para uns e incômoda para outros. No momento em que alguém faz acusações, as coloca publicamente, sem que o contraditório seja colocado, temos algo, no mínimo, estranho.

Insisto na questão de que seria muito importante que o tempo fosse dividido de maneira equitativa entre os Vereadores, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Antonio Carlos Rodrigues.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº 22 do proc.
nº 33 n.º 1 de 2007
Assistência Parlamentar
R\$ 100.453

rod.: 01 fl.:19 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra, V.Exa. fez alguns comentários, gostaria de responder.

Está em minhas mãos o requerimento assinado pelos líderes do PDT, PMDB, PR, PPS, PV, PT e PPB, convidando o Deputado a comparecer nesta Casa dia 12 de abril, às 15h.

Por acordo de lideranças, presentes à abertura da sessão ordinária de hoje, encerramos a sessão. Há mais ou menos uns dez dias, comunicamos todos os Vereadores da presença do Deputado. Em momento nenhum esta Presidência foi contra a presença do ex-Secretário ou do atual Secretário.

Este requerimento chegou às mãos de V.Exa e parece-me que V.Exa. não concordou em assiná-lo.

Nada foi feito às escuras. Esse requerimento passou pelas mãos dos Vereadores e há quatro, cinco dias, a Assessoria Técnica da Mesa comunicou todos os Vereadores da presença do Major.

Era esse o esclarecimento que queria fazer a V.Exa.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador João Antônio.

O SR. JOÃO ANTÔNIO - Quero contribuir com V.Exa, Sr. Presidente. Sei que V.Exa. tem vasta experiência na condução dos trabalhos, mas, independente de amanhã ou depois de amanhã estar presente a esta Casa o contraditório, que considero sempre bem-vindo, quero aproveitar, ao máximo, as denúncias feitas pelo nobre Deputado.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 23 do proc. nº 53 n. 952007
Eva Polcinski
Assistente Parlamentar
RF 10.453

rod.: 01 fl.: 20 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

Por isso, sugiro a V.Exa. eu estabeleça um tempo para que o nobre Deputado fale sem que nenhum Vereador o interrompa, para que conclua o seu raciocínio.

Em seguida, cada Vereador poderá falar por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Suspenderei a sessão para que possamos adotar os critérios a serem utilizados.

Antes, concedo a palavra ao nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Sr. Presidente, em nenhum momento disse que algo foi feito às escuras. Conheço os procedimentos adotados por V.Exa. na condução dos trabalhos desta Casa. Não há dúvidas quanto a isso.

Agora, quanto ao requerimento, do qual não fomos signatários, e pediria, se fosse necessário, que fosse lido, diria o seguinte: o nobre Vereador João Antônio, líder do governo Marta Suplicy, colocou que gostaria de ouvir as denúncias que o Deputado tem a fazer.

Eu não li nenhum requerimento, e creio que nenhum Vereador desta Casa recebeu ou assinou qualquer requerimento no sentido de que estaria, na tarde de hoje, para ouvirmos denúncias sobre o sistema prisional no Estado de São Paulo.

Então, é isso, Sr. Presidente, que, na verdade, causa-me estranheza. Não o procedimento de V.Exa., mas sim, a maneira pela qual, por exemplo, o nobre Vereador João Antônio acha que se deve conduzir o debate.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Solicito ao nobre Vereador Farhat que leia o Requerimento.



Folha° 24 de proc.
n° 3 n 1 de 2007
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

rod.: 01 fl.:21 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

- É lido o seguinte: (Requerimento nº 8 - RDP)



Folha° 25 do proc.
n° 53
EVA P. 001/11
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 22 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Celso Jatene.

O SR. CELSO JATENE - (Pela ordem) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nobre Deputado, eu gostaria de fazer um esclarecimento, senão a situação fica estranha. Eu estava ouvindo atentamente os esclarecimentos prestados pelo nobre Deputado sobre as questões levantadas no momento em que presidia os trabalhos o nobre Vereador Adilson Amadeu, Vice-Presidente desta Casa. S.Exa. pediu-me que ocupasse a Presidência dos trabalhos, e alguns Srs. Vereadores, como o nobre Vereador Jooji Hato e outros, vieram aos microfones manifestarem questões a respeito da exposição do nobre Deputado. Criei então um sistema para que todos os Srs. Vereadores pudessem falar e, ao mesmo tempo, o nobre Deputado não tivesse interrompido seu raciocínio, como acontece neste momento. O nobre Deputado não está conseguindo falar.

Pela minha forma de dirigir os trabalhos - não voltarei à Mesa, pois já se encontra presente o nosso Presidente, representando muito bem a Câmara Municipal - todos os Srs. Vereadores deveriam poder usar da palavra, mas de maneira que o nobre Deputado não tenha o seu raciocínio interrompido. Os nobres Vereadores poderiam formular uma ou mais perguntas, às quais responderia o nobre Deputado.

Entretanto, não considero produtivo que, no meio do raciocínio do nobre Deputado, venha um Sr. Vereador dizer que está muito orgulhoso por receber o nobre Major Olímpio aqui, ou que venha outro dizer que é uma honra receber S.Exa., não deixando o nobre Deputado desenvolver o raciocínio.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 26 do proc.
n° 53
Eva P. P. P.
Assistente Parlamentar
RF 40.453

rod.: 01 fl.:23 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., Líder do Governo, apesar de as questões da segurança e prisional serem da alçada do Estado, a cidade que tremeu durante os atentados do PCC foi a nossa cidade de São Paulo. E, se o nobre Deputado tiver informações, esclarecimentos ou denúncias sobre esse assunto, isso é muito importante para nós, que somos Vereadores e representamos o povo desta cidade.

O debate começa aqui. O nobre Deputado, com certeza, não se furtará de vir mais uma, duas ou dez vezes debater sobre o assunto. Acredito que o ex-Secretário Nagashi Furukawa também está à disposição para debater. Portanto, este é o início da discussão sobre esse assunto. Repito: é um tema extremamente importante para a nossa cidade, porque ela passou uma sensação de medo muito parecida com a vivida pelos londrinos quando do atentado ao metrô de Londres em julho de 2005, ou muito parecido com o medo vivido pelos americanos quando do atentado em Nova York. O que aconteceu em São Paulo não foi brincadeira. Se pudermos, de alguma forma, esclarecer esses fatos, estaremos prestando um grande serviço à nossa cidade, ao nosso Estado e ao nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Eu gostaria que os nobres Líderes presentes adotassem um critério para que respeitemos o convite que fizemos ao nobre Deputado Major Olímpio.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Dalton Silvano.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 27 do proc.
n° 33
Assistente Parlamentar
RF 40.453

rod.: 01 fl.: 24 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. DALTON SILVANO - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o nosso nobre Líder já falou que esta é uma Casa de debates. É claro que não nos furtaremos ao debate.

Mas, se nos ativermos aos exatos termos do Requerimento, observaremos que foi bem redigido e o convite é para que o nobre Deputado venha esclarecer eventuais dúvidas dos Srs. Vereadores com relação a algumas irregularidades do sistema prisional. Na sua essência, o requerimento diz exatamente isso. É bem diferente de ocupar a tribuna e descarregar uma série de denúncias sem que tenhamos aqui, eventualmente, representantes do Governo do Estado para poder fazer frente às acusações, respondendo e esclarecendo.

Esse é o único questionamento que faço. O PSDB não subscreveu esse requerimento.

Aproveito para parabenizar o nobre Deputado Olímpio Gomes por seu trabalho, pois sabemos que essa é uma matéria muito complexa, e fica difícil debater sem estarmos preparados com os dados necessários para poder rebater ou argumentar, exercendo o devido contraditório. A questão da segurança - todos nós sabemos - é problemática na cidade de São Paulo.

E outra coisa, Sr. Presidente: como é um convite, não há nenhum tipo de regimento. Quer dizer, o Sr. Deputado pode, pelo que estou sentindo, ocupar a tribuna por uma hora, duas horas, três horas, não pode haver apartes. Acho que deveria ter, pelo menos, um critério, até para que o Sr. Deputado conclua e, eventualmente, na forma do requerimento, os Srs. Vereadores fazerem os seus questionamentos, para que esta Casa, em vez de fazer um debate, que esta tribuna não seja



Folha^o 28 1^o proc.
n^o 3
Assistente Parlamentar
RA 100453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 25 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

ocupada, dessa forma, com uma descarga de denúncias sem poder haver o contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Nobre Vereador Dalton Silvano, estou com a lista de que V.Exas. receberam o memorando, e V.Exa. também assinou um memorando de que V.Exa. recebeu, e toda a bancada do PSDB recebeu o comunicado da presença do Sr. Deputado Olímpio. Então, para que não parem mais dúvidas, vamos dar 30 minutos para o Sr. Deputado concluir e, em seguida, abriremos inscrições para as perguntas.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO - (Pela ordem) - Queria só saber se algum representante do governo, ou o próprio Sr. Secretário, foi convidado, ou algum outro representante, que pudesse, inclusive, fazer o debate, até para que não fique um monólogo, já que S.Exa. se especializou, está devidamente treinado, está devidamente munido de documentos, não é? Queria só saber se foi convidado, da forma democrática, algum representante do Governo, para poder fazer frente, até para que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Nobre Vereador Dalton Silvano, seria com muito prazer que eu enviaria o convite, se algum dos Srs. Vereadores do PSDB solicitasse a esta Presidência; e esta Presidência está de portas abertas para receber qualquer membro do Executivo Estadual.

Está com a palavra o Deputado Estadual Major Olímpio Gomes, por 30 minutos. E as inscrições estão abertas, com o nobre Vereador Farhat.



Folha° 29 do proc.
n° 53 n. 1 de 2007
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 26 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. OLÍMPIO GOMES - Continuando com as questões que foram levantadas.

Sobre a questão de emissão de notas fiscais falsas, eu gostaria de simplesmente dar, a título de exemplo, notas fiscais sobre aquisição de materiais de informática, que foi questionado, em empresa com endereço, na Rua Santa Efigênia, 264, nesta capital, um comprovante de pagamento dessa fraude para um indivíduo chamado Alziro Pereira Filho, no total de R\$ 40.675,94: as notas fiscais correspondentes ao material não existem, a empresa não existe, assim como o endereço, e foi pago pelo erário público.

A questão de notas fiscais falsas para material de construção: endereço falso, fornecido pela empresa Cemix (?) Construções e Serviços Ltda., na Cidade Dutra, nesta capital, de notas de serviços gerais e manutenção de presídio, no valor de R\$ 32.028,03, que também estará na documentação que V.Exas. receberão, das notas fiscais falsas correspondentes.

Com relação à aquisição de veículo para o Presidente de ONG, que também consta a documentação de um veículo Parati, em nome do Presidente da ONG, de forma a também que V.Exas. poderão ter o acesso posteriormente.

Nós temos aqui também notas falsas da compra de catchup em lojas de materiais escritório. Nós temos aqui a documentação comprovando justamente o recolhimento indevido de 45% do valor do, em tese, salário do preso, ou o produto do que o preso recebe em presídios em Campinas, e com 5% desse valor sem destinação alguma. Os 45% seriam exatamente para o bem-estar do preso, que não tem manifesta



rod.: 01 fl.: 27 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

na documentação onde foi realizado esse bem-estar - esses 5% que realmente não têm origem a sua destinação.

Também a respeito de notas fiscais falsas, tenho aqui R\$ 48.248,42, de algumas notas fiscais falsas fornecidas por Paulo Sérgio Ferreira dos Santos, que também estará à disposição de V.Exas., dirigida à ONG Ascobrás (?), de instalação de ventiladores, construção e acabamento de casa de lixo, canaletas para portão, dezenas e dezenas de notas fiscais falsas, simplesmente para que fossem faturadas pelo Estado.

- Assume a presidência o Sr. Adilson Amadeu.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Com relação aos pagamentos ilegais de alimentação com valores expressivos, com recursos do convênio, por mais de um ano, para presos em cadeias públicas pertencentes à Secretaria da Segurança Pública, que também V.Exas. terão a documentação, o faturamento dos valores de alimentação para esses presos que estavam sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública em cadeias públicas.

Há também documentos a respeito da movimentação de presos. Em 21 de junho de 2005, houve a movimentação de um preso do bando do Elias Maluco. Havia um agente de tráfico colombiano. O preso, que na ocasião foi detido com mil quilos de drogas na época, foi movimentado para o CR de Sumaré, onde foi resgatado por marginais no dia seguinte.

Com relação ao pagamento de energia elétrica, temos empresas que prestam serviços dentro da área prisional, têm contratos para



rod.: 01 fl.: 28 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

isso. Tais empresas, muitas de serralheria e serviços outros, têm de pagar pelo aluguel e pela água e luz consumida.

Aqui também há vasta documentação mostrando que empresas não pagavam energia elétrica em valores de até 27.874,60 reais. Acredito que tenha respondido as questões do nobre Vereador.

Continuando o raciocínio, reafirmo que fui convidado ou convocado a vir a esta Casa como um cidadão. Não vim aqui fazer apologia partidária ou coisa parecida. Venho aqui pela indignação de cidadão; tenho asco, tenho nojo do que aconteceu nesse período. Sou policial. Aliás, há vereadores que são delegados de Polícia e já enterraram pessoas. Sinto-me enojado em manusear documentação como essa. Acreditava que havia apenas incompetência da gestão do sistema prisional pelo Governo do Estado, mas agora tenho certeza e a documentação que mostra que houve conluio. Não tenho o menor receio em debater como quem quer que seja.

Vai me fazer muito mal estar ao lado de um homem como o Sr. Furukawa diante desses fatos, mas estou pronto a debater com S.Exa. a qualquer momento acerca desse fato, porque estou do lado da verdade e do lado da população que está indignada, querendo respostas. Não tenho a menor preocupação em debater com quem quer que seja, repito. Simplesmente não sabia se aqui haveria um debate ou se eu seria simplesmente instado.

Deixo deixar bem claro já disse muito na Assembléia Legislativa que tenho procurado o debate. Meu partido está no bloco do Governo, mas o meu sentimento de cidadão e de policial é muito maior do que qualquer problema político-partidário. Sinto-me extremamente



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 32 do proc.
n° 53
Eva Rodulski
Assistente Parlamentar
RF 40.453

rod.: 01 fl.: 29 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

constrangido até com o papel da Assembléia Legislativa. Talvez tenha sou inocente, porque fiquei 29 anos na Polícia, imaginando que o objetivo maior era sempre da apuração da verdade.

Meus companheiros neste Estado todo arriscam suas vidas para que a população tenha um pouco mais de segurança, e não há contingenciamento partidário, não há acordo e não há conversa que vai me calar. Não me assusto em debater com ninguém que possa dispor do dado que tiver, porque se fiz um juramento uma vez, dando até a própria vida, esse juramento vai comigo até o túmulo.

Não estou nem um pouco preocupado com o tamanho da autoridade e com quer que seja que vá tentar refutar a verdade. Sinto-me enojado com a situação que vão tomar conta dessa documentação. Protocolei esses documentos na Assembléia Legislativa. Tenho ido à tribuna, tenho ido à imprensa e tenho procurado por meio de ação popular manifestar-me. Isso a Constituição me garante, como cidadão.

Não sou morador de Bragança Paulista, mas servi lá. Também me indigna o que aconteceu nesta cidade. Minha mulher, meus filhos, vizinhos e amigos têm pavor com o que pode vir, como o fato ocorrido com um ônibus que pegou fogo numa cidade de onze milhões de habitantes. Sei que esse fato ocorreu exatamente por conta de crime e conluio de agente público e indivíduos travestidos, pessoas preocupadas em melhorar o sistema prisional mas que montaram uma verdadeira máquina de desvio de dinheiro público. Aliás, tal máquina já está se estendendo para as FEBEMs.

Ontem mesmo recebi mais uma denúncia. Vamos levar a público essas informações, e não estou preocupado se o meu partido está no



rod.: 01 fl.:30 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

bloco de Governo ou se vai me expulsar do partido. Não vou me calar diante dessas coisas.

Tomara Deus que haja um debate sim. Gostaria de estar numa rinha de boxe com uma dessas autoridades e não num debate para fazer talvez o que a população esperasse fazer com eles, quando toma conhecimento dessa nojeira.

Estou mais do que aberto ao debate, a qualquer questionamento, em qualquer instante, em qualquer tribuna. Na Assembléia não estão acertando debater, na Assembléia Legislativa correm do debate.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Tem a palavra, por três minutos, o nobre Vereador Wadih Mutran. Em seguida, os nobres Vereadores José Police Neto - Netinho e Carlos Alberto Bezerra Jr.

O SR. WADIH MUTRAN - Primeiro, quero cumprimentá-lo por sua coragem e pela forma como coloca nesta Casa os problemas penitenciários e da FEBEM. Estava em outra reunião e não tive a oportunidade de ouvir o início de seu pronunciamento.

Tudo o que o senhor está falando é protegido pela Constituição? Não estão cumprindo a Constituição? Porque não adianta gritarmos da tribuna se não está na Constituição. Precisa estar na Constituição para sermos protegidos pela Justiça.

Eu acredito que deveria mudar a Constituição e os presidiários deveriam trabalhar e não ficar 24 horas sem fazer nada planejando o que farão no dia que sair. Segundo, eles deveriam ter um salário, mesmo que pequeno, onde uma parte seria enviada para a família e a outra iria para uma poupança. Quando ele saísse da prisão, teria dez,



rod.: 01 fl.:31 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

20, 30 mil reais para começar sua vida. Alguns presos quando saem do presídio já precisam roubar para a condução, nem isso eles pensam.

Estou admirando o senhor pela sua coragem, pela sua vontade de debater. O que pensa o nosso Secretaria do Segurança do Estado? O que pensa a Polícia Militar?

O senhor é capitão ou major? Eu o encontrei numa oportunidade e tenho seu cartão.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Depois fui promovido. Sou major.

O SR. WADIIH MUTRAN - Já devo ter mandado um ofício para o senhor pela posse.

Elogio sua coragem, mas que não pare aí. O senhor pode contar com a ajuda da Câmara Municipal. Acredito que todos os vereadores, dentro das limitações do que a Câmara pode fazer, me coloco a disposição do senhor.

Muito obrigado.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Muito obrigado nobre Vereador.

Estou apresentando essas verdades muito mais como um cidadão e como um policial. Sabemos exatamente da inadequação, desde a nossa Constituição, a nossa Lei Maior com relação ao aparato de Justiça, o aparato de polícia.

O art. 144, da Constituição, que estabelece o sistema de segurança pública deveria ser regulamentado. O parágrafo 7º diz: "lei complementar à Constituição deverá estabelecer o limite, competência e esfera de atribuição dos órgãos policiais brasileiros". No dia 5 de outubro vamos completar 19 anos da nova Constituição e até hoje não se



rod.: 01 fl.: 32 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

regulamentou o papel de cada órgão policial, do tipo de polícia ou do aparato de segurança pública que a população quer, espera e merece.

V.Exa. sentiu a dor porque foi vítima da criminalidade dentro de casa muito recentemente, num crime hediondo, o crime de extorsão mediante seqüestro. E, deve saber que esta semana tivemos a alteração da Lei n° 80/72, a Lei de Crimes Hediondos, que por esquecimento da Câmara Federal acabou ficando contido no bojo da lei a condição da liberdade provisória agora para o criminoso hediondo.

Hediondo, para conhecimento, hediondo quer dizer podre, mal cheiroso, crimes que fedem para a sociedade. Então, o latrocínio, o homicídio múltiplo, o estupro, atentado violento ao pudor, extorsão mediante seqüestro, crimes que o indivíduo iniciava o cumprimento da pena fechado, respondia fechado quando preso em flagrante.

Fomos fazer uma alteração e agora até em função da morte do João Hélio, no Rio de Janeiro, que foi esfacelado, puxado por um veículo que estava em fuga com marginais, e esquecemos; a Câmara acabou se esquecendo e foi sancionada a lei agora dizendo que o preso por crime hediondo pode responder em liberdade. Ele obtém o benefício da liberdade provisória.

Isso para nós cidadãos, para mim como policial, é uma pancada. Justamente agora que a população carece que o Estado se municie de legislação que possa dar mais tranquilidade ao cidadão e não facilite tanto a vida do criminoso, nós temos essa inversão de valores.

Quando V.Exa. fala do sistema prisional, no inciso XLVII, do art. 5° da Constituição ou melhor, todos os incisos são considerados cláusulas pétreas e não podem ser modificados por emenda



rod.: 01 fl.:33 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

constitucional, pelo art. 60 da Constituição. O inciso XLVII diz: "não haverá pena de castigo físico, obrigatoriedade do trabalho, prisão perpétua, pena de morte". Então, para que haja uma modificação teríamos de ter uma nova Assembléia Nacional Constituinte para que houvesse a possibilidade da mudança de uma cláusula pétrea. Então, há uma impossibilidade jurídica para a obrigatoriedade do trabalho.

Com relação à remuneração do trabalho do preso há documentação na qual demonstro que em presídio, em Campinas, parte do dinheiro era desviada pelas ONGs. As ONGs estavam mexendo até com o dinheiro dos presos. E V.Exa. diz com sapiência porque é necessário que esse indivíduo tenha um fundo para que possa recomeçar sua vida com dignidade depois do cumprimento da pena.

Quanto às leis de execução penal menciona-se que o preso tem direito a cela individual com seis metros quadrados. Temos ainda os presos-morcegos aqui no Estado de São Paulo. E preso-morcego, para que todos saibam, é aquele escalado para dormir amarrado no gradil porque não cabem sentados, ficariam amontoados uns sobre os outros. Senhores, temos presos-morcegos no Estado de São Paulo!

A falta de vaga no sistema prisional hoje, neste Estado, são 30 mil vagas. Esse é o déficit. No País alcançamos 300 mil presos, mas temos mais de 500 mil mandados de prisão expedidos e não-cumpridos. Temos problemas seriíssimos no sistema carcerário que sempre aumenta e quanto mais, mais nos indigna.

Olhem, é muito difícil controlar o acesso de celulares nos presídios, é muito difícil controlar o acesso de armas e drogas nos presídios, é muito difícil que o crime organizado não mande no



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 37 do proc. n° 33 de 2007
Assistente Parlamentar R. 100.453

rod.: 01 fl.:34 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

criminoso fora e dentro do presídio. Ressalto que V.Exas. vão ter oportunidade de manusear os documentos que trouxe e perceberão que só com facilitação, com conluio, com corrupção dos agentes públicos e dos agentes das ONGs que facilitação dessa natureza. Tudo que eu queria como policial não é desmoralizar politicamente ninguém, mas me causa asco essa situação. Como policial assisti muitas tragédias, em 29 anos de profissão, vi muito companheiro ser enterrado, assisti o Dia das Mães mais trágico da história do Brasil, 12 de maio do ano passado, e àquela semana funesta.

Mais uma vez ratifico a posição corajosa desta Casa. Estou aberto a debater a qualquer momento. Esta Casa que fiscaliza as ações pelo lado da sociedade, e sou integrante como cidadão da cidade de São Paulo, quer saber por que os ônibus pegaram fogo? Por que se instalou o pânico? Por que tantas ameaças de bomba? Por que tudo isso? Simplesmente, como cidadão, afirmo: vamos apurar.

A minha Assembléia, num primeiro momento, Vereador Carlos Alberto Bezerra, me deu 37 assinaturas. Pensaram: é um idiota de um neófito, chegando agora, um "meganha" burro, acha que vai conseguir 32 assinaturas para instalar uma CPI. E quando mostrava aos deputados a documentação, logo após a posse, fui até eles e pedi, pelo amor de Deus, isso aqui vem antes da responsabilidade de fazer leis, esta Casa tem responsabilidade de apurar em nome do povo, vários assinaram. Depois, no momento em que se percebeu o conteúdo bombástico, que pode arranhar imagens políticas, houve a tentativa de impedir a investigação do que estava acontecendo.



rod.: 01 fl.:35 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Esse é o sentimento que V.Exa. tem como representante a muitos anos da população, como pai, como cidadão, também é o meu sentimento de indignação em relação ao quadro de legislação que temos e a estrutura do sistema prisional.

Porém, temos obrigação de dar satisfação à opinião pública sobre o que acontece de fato. Não adianta simplesmente satanizar a questão das organizações criminosas porque está mais do que claro, não era só incompetência da gestão da Segurança Pública e do sistema prisional. Tinha má-fé, crime, conluio.

Em relação à Segurança Pública fiz requerimento de informações ontem porque, para que V.Exa. tenha idéia, descobriu-se que os dados de roubo a bancos, nos anos de 2005 e 2006, estavam um pouco equivocados. Enquanto a Febraban registrou, no ano de 2005, 192 roubos a banco na cidade de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública contabilizou 89 roubos. No ano de 2006, 100% a menos! No ano de 2007, não sei se agora entrou Secretário ou Governador que disse: agora vamos levar a sério, no primeiro trimestre o número é 49 e 49. Pela primeira vez, nos últimos dois anos, bateram os dois indicadores criminais. E o Secretário de Segurança está numa saia justa, entendo, agora tem de admitir, tem de avaliar que houve erro estatístico. Será que V.Exas. conseguem imaginar margem de erro de 100%, de 120%? Ou tem má-fé ou manipulação.

Então, em relação à Segurança Pública, como policial, como cidadão, digo a V.Exa: a legislação é inadequada, as autoridades públicas que eu imaginava só incompetentes usaram de má-fé, inclusive com o "maquiamento" de informações que são cruciais à opinião pública.



rod.: 01 fl.:36 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Deveria também ser objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa, porque foi uma legislação feita pelo falecido Governador Mário Covas que obrigou, em função da transparência no serviço público, a publicação trimestral dos indicadores criminais. Mas por questões eleitorais, para parecer eficiente na segurança pública, estão aí os dados de roubo a banco, por exemplo, manipulados em mais de 100% no ano. Isso é um absurdo que deve indignar V.Exas., como cidadãos e como representantes de onze milhões de habitantes.

Esses indicadores são simplesmente da cidade de São Paulo. Algumas informações jornalísticas equivocadas faz parecer que esses números são do Estado de São Paulo, mas referem-se só à cidade de São Paulo. Devemos observar com cautela e, se pudermos apurar - nesse requerimento de informações à Secretaria de Segurança Pública estou pedindo - também os outros indicadores, porque gostaríamos de ver também quantos homicídios estão registrados como rixas. Temos encontrado muitos boletins de ocorrência de rixa, só que na rixa morreram cinco pessoas. Encontro de cadáver, bala perdida. Depois que inventaram a tal de bala perdida, ninguém mais matou ninguém. Quando não conseguimos apurar, dizemos que foi bala perdida. Então, é necessário que a população saiba exatamente o que está acontecendo.

Fazer segurança pública, Exa., não é só entregar viaturas em praças públicas, não é fazer formatura de policiais em praças públicas para fazer imagem para a mídia. A Polícia de São Paulo é a 20ª pior paga do País. O salário da Polícia é um salário de miséria. A legislação recentemente elaborada com adicionais está colocando o



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

rod.: 01 fl.:37 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Orador(es):

policial na condição de maior miserabilidade ainda. Ontem me telefonou um policial de Santos que levou só onze tiros nos ataques do PCC; a filha dele de dois anos e sete meses, que estava no colo, levou só um tiro que arrebentou o fêmur. Sabem o que aconteceu? O Estado cortou 50% do salário dele, porque ele está fora do serviço há mais de seis meses.

Essa é a política da Secretaria de Segurança Pública. Isso eu afirmo, não estou sonhando. Debato com qualquer um a qualquer momento a respeito disso, de tragédias. É o que está acontecendo hoje na verdadeira segurança que a população tem. Por isso agradeço a manifestação de V.Exa. Saiba que todos temos de perseverar, sim, pressionar as alterações e pressionar principalmente o comportamento de cada agente público em cada instância. A municipal acaba sendo a mais importante para o cidadão. O cidadão não mora no Estado ou na Federação. O cidadão cobra de V.Exa. no bairro, como se V.Exa. pudesse alterar a Constituição, porque V.Exa. é o agente público mais próximo que ele tem como representante dele, daí a indignação do senhor.

Esta Casa pode fazer e já fez esse convite, essa convocação; ter-se preocupado com o que eu disse à imprensa demonstra exatamente a maturidade e a responsabilidade de apurar questões que envolvem diretamente o cidadão. Não vim aqui fazer acusações a partido a, b ou c, de forma nenhuma. Fim apresentar situações concretas e estou apto a fazê-lo em qualquer cenário, como tenho feito na imprensa, como fiz por meio da ação popular a que dei entrada na Justiça, como fiz no protocolo anexo a essa documentação na Assembléia Legislativa. A Assembléia a princípio quis até conhecer, mas depois, sensibilizados



rod.: 01 fl.:38 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

pelo Governo, seis parlamentares retiraram as suas assinaturas. Nenhum deles veio dizer que retirou a assinatura porque eu estava errado. Vêm, me abraçam, há houve deles que vieram chorar. Eu falei: o maior juízo de valor de um homem não é o tamanho da acusação que fazem. Quem faz o nosso juízo de valor é a nossa consciência. Eu durmo de consciência tranqüila, eles talvez não.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - O próximo inscrito é o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Quero iniciar, nobre Deputado, agradecendo a presença. Acho importante o debate, mas infelizmente preciso discordar de uma postura inicial de V.Exa. As casas legislativas não são rinhas de boxe e não devem ser. O debate de idéias não permite agressão. É no campo das idéias que temos de discorrer o nosso intento de fazer para o povo o que o povo quer. O povo não quer a violência.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Eu disse que seria o meu imaginário, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Deputado, peço que responda depois dos três minutos a que tem direito o nobre Vereador José Police Neto.



rod.: 01 fl.:39 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Por que falo isso, Deputado? Porque acompanhei vários dos seus discursos na Assembléia Legislativa. Quando chego em casa depois do trabalho e ligo a tevê, notadamente V.Exa. é o parlamentar que mais usa a tribuna, então faz diferença o que V.Exa. vem trazendo na Casa para esse discurso que ora destoou aqui, esse da rinha, do combate que é necessário no campo militar, aquele que o senhor dignifica, mas que a Casa legislativa não comporta, jamais comportará.

Mas quero ir adiante. Não acredito que os seus pares são burros por que, se não, terei de acreditar que a população errou mais que eles ao colocá-los lá. Acredito sim, porque também sou jovem em mandato e também em idade, que a população pode até ser induzida a erro, mas não erra no seu voto sagrado. Nós aqui temos o compromisso de devolver esse acerto. Às vezes nos equivocamos, mas temos de estar alertas a isso. Sempre teremos um julgamento popular.

Mas quero usar toda a experiência que V.Exa. adquiriu nos anos na Polícia e muito mais nesse curto período em que enfrentou uma dificuldade legislativa na implantação de uma CPI.

Também quando entrei na Casa busquei assinaturas e não consegui e, nem por isso, aos parlamentares que trabalham comigo, desferi qualquer golpe, diferente daqueles necessários ao bom combate parlamentar, do discurso, da matéria mais preciosa no Parlamento, para fazer o que V.Exa. faz na tribuna da Assembléia Legislativa, questionar e construir uma cidade, no caso de V.Exa., um Estado, melhor. Desejo saber quais ONGs atuam no CDB de Belém I, Belém II, Parelheiros, Pinheiros I, Pinheiros II, Vila Independência, CBB de São



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº	43	do proc.
nº	58	de 2007
Eva Poljowski		
Assistente Parlamentar		
RFA nº 0.453		

rod.: 01 fl.:40 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Miguel Paulista, CDP Belém I, APP, CBB Belém II, APP e Penitenciária Feminina da Capital, de Santana e a Penitenciária do Butantã, RSA. Por quê? O valor da presença de V.Exa. aqui é, para todos os parlamentares, inequívoco porque inicia um debate que está afeto à Cidade e que V.Exa. tem documentos para nos trazer. Para poder produzir a Casa necessita que V.Exa. nos aponte dentro desse sistema que a Capital tem, com 9298 internos presos, quem os assiste como organização não-governamental e se nelas já temos acusações que merecem ser investigadas. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto é compreender que neste curto período tivemos a desativação das carceragens dos DP's de São Paulo, que era uma reivindicação antiga, e que pode, como muitas vezes foi apontado, ser um processo que poderia inflar o sistema porque se tirava 180 e 210 presos dos CDP's e tinha de levar para outro ambiente. Por muitas vezes assistimos a entrega de novos equipamentos que permitiram desativar esses DP's. De outro lado temos outra ação que a Capital assistiu, que foi a desativação de complexo na zona Norte batizado de Carandiru. Não foi completamente desativado porque persiste uma penitenciária feminina e outros órgãos da administração penitenciária e o espaço que recolhe policiais aquartelados ou algo que o valha. O que é importante é que na cidade de São Paulo, foco da nossa possibilidade material de investigação, já temos identificação dessas ONG's - porque ainda estamos falando em denúncias. Senão, acabaremos por sentenciar. Não foi dado a nenhum parlamentar aqui informação sobre quais ONG's operam na Cidade, quais as hipotéticas denúncias que recaem e, mais do que isso, material que possa fomentar junto a esses parlamentares, o processo de auxílio em



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 44 do proc.
n° 53 n° 97200
Eva F. Bociski
Assistente Parlamentar
RF 00.453

rod.: 01 fl.: 41 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

uma investigação que é estadual. Da mesma forma, deve ser feito, entre outros municípios em que o sistema prisional tem essa ação. Por que falo isso? Senão não perderemos uma ação, perderemos o foco do trabalho. Auxiliar o processo estadual corroborando com o processo de investigação, de observação do sistema é tarefa nossa. Jamais poderemos substituir V.Exa. no seu trabalho e dos outros 93 parlamentares que assumiram recentemente, em 15 de março. Hoje é 12 de abril - não completaram o primeiro mês de mandato. Acho difícil fazer juízo daqueles parlamentares que serão seus companheiros de tribuna, de plenário para os próximos três anos e alguns grandes meses nessa inicial batalha sua por ter o requerimento aprovado! Aqui também frustramos. Muitos parlamentares aqui chegaram e não conseguiram construir a aprovação da sua proposição mas sim colher dos parlamentares a possibilidade real de realizar a investigação, os trabalhos e mostrar para a sociedade que, sim, a Cidade, o Estado e o País era de cada um de nós. Insisto, o ambiente legislativo é o que tem de espelhar a paz, tão necessária para o desenvolvimento das crianças, inclusive da menina atingida no colo de um policial.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Respondendo a V.Exa. quando falei da rinha e do imaginário que gostaria de ter com alguns canalhas que se passaram por agentes públicos, falei de um sentimento e não da minha conduta e da possibilidade. Sei muito bem. Se até bandido tratei com dignidade humana merecida, não seria com um canalha que foi autoridade pública que iria ao pugilato.



rod.: 01 fl.:42 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Para a segunda questão de V.Exa. dentro da cidade de São Paulo a PAC Bragança Paulista opera na Penitenciária Feminina de Santana, com contrato anual de R\$4.533.934,00.

Com relação à questão das CPIs que V.Exa. possa ter tentado implementar na Casa, o meu sentimento talvez seja de maior indignação ou de inocência, com vinte e poucos dias de parlamento, porque esse sentimento se reporta em alguém que enterrou 25 companheiros mortos por ataques de facção em uma só semana!

Talvez os motivos de V.Exa. tenham sido tão relevantes e V.Exa. tenha até a maturidade e compreensão disso. Eu imaginei e o meu sentimento foi muito agudo em relação ao Parlamento, para não dizer decepcionado, porque houve a mobilização, houve primeiramente a tentativa para que eu não apresentasse ou retirasse a CPI, e houve a sensibilização de alguns parlamentares de que não era oportuno naquele momento.

Então digo a V.Exa. com a consciência absolutamente tranquila, eu sei que o Parlamento é o local para troca de idéias, troca de tiros já fiz na minha vida nos momentos em que foi preciso e nunca de forma injusta. Tenha certeza V.Exa. que a minha vinda para o Parlamento está sendo um desalento, uma decepção embora sejam poucos dias, mas já passou quase um mês e as comissões permanentes da Assembleia Legislativa não estão instaladas; só foi votado um projeto. Talvez eu esteja usando muito da tribuna para dizer do meu desespero como cidadão e como policial do que imaginava que pudesse ser aquilo. Tenha certeza que o período do mandato vou procurar cumpri-lo com dignidade, mas não sei do futuro ou da minha permanência na política,



rod.: 01 fl.:43 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

porque os valores que aprendi a prezar dentro do serviço policial, como a verdade, a transparência, a clareza doa a quem doer, eu não estou encontrando ali. E não consigo ver argumentos políticos que justifiquem tantas mortes e as providências para esclarecer. Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Sr. Presidente, só para avançar. V.Exa. falou que tem uma ONG trabalhando na penitenciária de Santana e que ela tem um custo anual, um contrato de aproximadamente 4 milhões de reais. Em cima desse contrato, temos denúncias de irregularidades nesse contrato da penitenciária feminina de Santana? Especificamente sobre esse para que a gente possa fazer uso e auxiliar V.Exa. nos trabalhos de apuração.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu - Nobre Vereador Netinho, nobre Deputado Major Olímpio, a fala é de três minutos, houve a resposta do nobre Deputado, e tem outros colegas inscritos.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO - Eu só recoloquei a pergunta para ter uma precisão no questionamento. Eu perguntei se tinha ONG, se tinha contrato e se tinham já hipotéticas irregularidades ou denúncias já conferidas nesse contrato da penitenciária de Santana.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Há dois pontos na penitenciária de Santana: o funcionário Ariel Quadros Câmara, coordenador e funcionário da ONG, trabalha em Campinas, na penitenciária 3 de Hortolândia e na penitenciária feminina de Santana. Esse é um ponto. E tenho notas fiscais de compra de equipamentos de informática no valor de 40 mil 823 reais adquiridos para a penitenciária de Santana, que nunca foram



rod.: 01 fl.: 44 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

entregues e as notas são falsas. Foram compradas na rua Santa Ifigênia, 262, e V.Exa. vai ver que não existe.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu - Tem a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Sr. Presidente Adilson Amadeu, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos; cumprimento os colegas presentes e também o nosso colega Deputado Estadual Major Olímpio. Desejo boas-vindas ao convidado desta Casa.

Fiz algumas anotações em relação àquilo que V.Exa. havia falado e gostaria de contrapor alguns argumentos que creio serem importantes. Só para a questão da indignação quando V.Exa. coloca que antes de ente político, antes de agente político, como cidadão está indignado, quero dizer a V.Exa., com toda franqueza que tenho, que a mesma indignação que assola V.Exa., também me aflige, como cidadão, como pai de família, como morador desta cidade.

Quero dizer a V.Exa. que a sua indignação é compartilhada por mim e creio que por todos desta Casa. Quero dizer a V.Exa. que quando falava inicialmente, quero dizer que concordo com V.Exa. no sentido de que deve haver esclarecimentos sobre os fatos, sim. Deve haver investigações, sim. E se mal os agentes públicos tiverem ou tinham qualquer tipo de envolvimento com qualquer situação de corrupção, quero dizer a V.Exa. que as apurações têm o nosso apoio, devem ir ao limite e que os responsáveis, sejam eles agentes públicos, políticos, do Estado, da Prefeitura, do âmbito municipal ou mesmo das ONGs, que mereçam o seu devido castigo. Mas, gostaria de dizer a V.Exa. que quando disse que não creio ser este o ambiente adequado para se fazer



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº	48	do proc.
nº	580	20
Eva Paolucci Assistente Parlamentar		

rod.: 01 fl.: 45 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

o que se estava fazendo, o que queria dizer? Eu, V.Exa. e todos nós que aqui estamos fomos eleitos com votos da população.

Antes de qualquer coisa, para que possamos produzir propostas, projetos, trabalhar efetivamente para que a lei seja cumprida e oferecermos alternativas na construção de sistemas, seja de saúde, educação, penitenciário. Nesse sentido o que aqui vejo? Não uma arena de propostas, de crescimentos, de avanço, de transformação, de mudança do sistema. Vejo nessa arena é um leque de acusações. Como bem colocou aqui meu colega companheiro do Partido dos Trabalhadores, nobre Vereador João Antonio Não fui eu quem disse isso, foi ele.

Por isso não creio que tema de tamanha importância, que toca no fundo do coração, da alma e de nossas vidas, possa ser tratado de maneira e com viés político partidário. Precisa sim ser tratado com espírito público. Precisa ser tratado e enfrentado com consciência de que tudo fazemos aqui, o fazemos para o benefício do cidadão dessa cidade. Porque quem nos assiste por meio da TV Câmara neste momento, o cidadão, o eleitor que votou no senhor, votou em mim, fica pensando: elegi os meus representantes para quê? Os elegi na esperança de que tragam propostas de mudança e de transformação.

Quero dentro da minha fala colocar algumas coisas que creio que seja importante, sem antes não poderia deixar de ressaltar, que sou um cidadão de Paz, sou um homem que acredita na Paz e mais do que isso, acredito que a Paz não se constrói com mais violência. A Paz se constrói com justiça. A Paz é fruto da justiça como dizia o Profeta Isaías no Livro Bíblico: Paz é fruto da justiça do sistema e



rod.: 01 fl.:46 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

principalmente, do exemplo de homens públicos responsáveis por gerir o sistema.

Enfim, conversando com o ex- Secretário Nagashi Furukawa, faço aqui algumas observações que ouvi do próprio Secretário, que se colocou a disposição para qualquer enfrentamento, como desta tarde aqui nesta Casa. Primeira questão, a história das ONGs largamente publicada na imprensa e baseada em dossiês, jamais, segundo palavras do Secretário teve o contra ponto do próprio Secretário, e jamais, ele, sequer foi ouvido para que manifestasse sua opinião sobre isso.

O que é importante ressaltar em relação a essa questão é que o Ministério Público, neste momento, já faz uma investigação. Alguns agentes públicos e alguns outros responsáveis pelas ONGs já estão sendo chamados para esclarecimentos, e os estão fazendo no Ministério Público. Mas até este momento - palavras do Secretário - nenhuma das acusações foram comprovadas na investigação do Ministério Público. É importante ressaltar que a investigação está sendo feita. Que o Ministério Público está fazendo a investigação.

Segundo aspecto importante. O projeto das ONGs, teve início a partir do ano de 1996, com total apoio do Sr. Governador Mário Covas, política que foi seguida pelo então Governador Geraldo Alckmin. É importante dizer que a apuração ou mesmo que a acusação não significa que os fatos sejam verdadeiros. Até porque, o mínimo que se espera numa apuração é que os envolvidos sejam ouvidos para que façam sua defesa.

Terceiro aspecto. Ouvi V.Exa., falar de Bragança. Creio não ser esse o melhor palco, para falar sobre a cidade de Bragança, mas



rod.: 01 fl.: 47 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

como V.Exa. citou a cidade de Bragança, creio ser importante ressaltarmos aqui algumas pontos que V.Exa. há de concordar comigo. Porque se não é, foi morador da cidade de Bragança, como bem V.Exa. colocou aqui. E qualquer morador da cidade de Bragança, sabe dos avanços conquistados em relação ao sistema prisional naquela cidade, a partir da entrada das ONGs. V.Exa. sabe das melhorias que a cadeia pública local teve a partir do referido fato.

Outro fato importante a ser ressaltado. O custo alimentação de um preso na cadeia em Bragança Paulista, em 1995 - dados fornecidos pelo ex-Secretário de Segurança Pública - era de 10 reais dia. Hoje, doze anos depois, o custo documentado, é de 2.90 centavos. Fruto do trabalho e da política implementada pelo governo.

É uma economia e V.Exa. há de concordar comigo que é uma economia fantástica. Não faço nenhuma ilação, faço baseado em dados, fatos.

Para finalizar quero ressaltar outras questões fundamentais quando tratamos do sistema e da questão das ONGs, porque pode nos parecer que por termos um problema aqui, ali, ou acolá, isoladamente todo o sistema está destruído.

E quero dizer a V.Exa. que são fatos, não faço ilações. Primeiro, extraordinária economia para o Estado, proporcionada por esse novo sistema, como demonstrei no exemplo que dei a V.Exa.

Segundo, nenhum presídio com participação das ONGs aderiu às rebeliões comandadas pelo PCC no Estado de São Paulo.

Terceiro, o programa das ONGs, em parceria com o Governo do Estado, foi elogiado por órgãos como Organização das Nações Unidas e



rod.: 01 fl.:48 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Universidade de Oxford, na Inglaterra. Teve reconhecimento internacional.

Quarto, o número de fugas onde estão as ONGs é baixíssimo, comparado a qualquer outro presídio.

Quinto, a reincidência nas penitenciárias tradicionais é de 58%. Onde há o trabalho das ONGs, é de 10 a 15%.

Há irregularidades nas ONGs? Pode ser que haja, sim. Devemos investigar, sim. Mas devemos tratar esse tema, que nos é tão caro, que nos afeta de perto sem a tentação de politizá-lo.

Pela minha formação médica, considero que a melhor maneira de tratar desse problema é pelo diagnóstico e, imediatamente, se apontar o tratamento. A melhor maneira de tratar um problema é indicar o tratamento adequado.

Façamos as investigações e já estão sendo feitas no Ministério Público. Mas gostaria de ouvir de V.Exa. propostas para a melhoria do atual sistema.

Ao encerrar, ressalto que seria muito importante que V.Exa. provocasse o mesmo debate na Assembléia Legislativa. Tenho o compromisso e a palavra do Secretário Nagashi Furukawa de que estará inteiramente à sua disposição para fazer o debate cara a cara, para que não caiamos na armadilha de ter um monólogo, com acusações, no qual a outra parte envolvida tenha o direito da defesa. Isso tem outro nome, é injustiça. E tenho convicção de que V.Exa. não é um homem injusto. V.Exa, pelo seu caráter, pela sua vida, pela sua história tem outro costume.

Eram essas minhas colocações.



rod.: 01 fl.:49 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

O SR. OLÍMPIO GOMES - Agradeço a V.Exa. pela sua manifestação.

Em relação a ser um homem de paz, como abordou V.Exa. inicialmente, e até fez uma citação bíblica, na própria Bíblia, no livro do Apocalipse também está escrito: "quem levar a cativo, a cativo irá; quem matar a espada, que a espada seja morto."

Entendo que não dá para filosofar muito quando vidas estão sendo ceifadas. Na cidade de São Paulo, mesmo com a redução ou a hipotética redução do número de homicídios, ainda morrerão, até o final do ano, mais de 3 mil pessoas assassinadas.

Torço, fiz força, já briguei muito para que isso não aconteça, meus irmãos policiais se desdobram, não por causa de governo, mas, muitas vezes, apesar do governo.

Meu sonho é fazer da Assembléia Legislativa um ponto de debate, gostaria de debater com o ex-secretário, com quem quer que seja. Quem está cerceando isso é a Assembléia Legislativa. E V.Exa. até mencionou que estão sendo feitas apurações de conduta pelo Ministério Público, mas V.Exa. até matou a charada, o próprio Secretário não foi ouvido e não será. O palco onde seria ouvido era uma comissão parlamentar de inquérito, que foi obstada pela Assembléia Legislativa.

Quanto à redução de custos, V.Exa. vê, na documentação, a forma como se consegue essa redução, com desvio, malversação do dinheiro público, com conluio com o crime. Eu jamais compactuarei com a linha "rouba, mas faz". Não aceito isso, é dinheiro público que está sendo desviado.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº 53 do proc.
nº 53 m 207
Eva Paulski
Assistente Parlamentar
RFA 00.453

rod.: 01 fl.:50 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

A redução dos valores de alimentação é hipotética, o custo real pode ter diminuído, mas o gasto para se efetivar isso não acontece como o Secretário diz a V.Exa. É uma questão de debate e apresentação dos dados.

Estou pronto, ávido pelo debate. Vim a convite nesta Casa, vou a qualquer momento a qualquer outro cenário público ou privado para debater este caso, pois tenho expectativas de mudanças.

Quando V.Exa. fala em propostas para o sistema prisional, temos de perseverar por proposta, por uma administração efetiva e não mancomunada com o crime. Que não se coloquem, simplesmente, situações contemplativas, nas quais se administra o crime de dentro dos presídios, a ponto de não se precisar fugir para ter essa liberdade.

Infelizmente, Excelência, nos presídios do Estado de São Paulo, entram as armas, as drogas, o celular que se quer, no presídio que se quer, à hora em que se quer. Então, é necessário pulso firme, fiscalização, não-contemplação. Não adianta ficar fazendo teatrinho, festinha de fim de ano dentro de presídio para parecer, que está tratando o preso com dignidade e depois proporcionar até uma forma de desvio do salário do próprio preso.

Como V.Exa. na Medicina, aprendeu a salvar vidas, minha função precípua de policial também é de salvar vidas. Só que a segurança pública e o sistema prisional no Estado de São Paulo são doentes terminais na UTI prestes a morrerem. Não adianta tratar com paliativos, é preciso enfrentar o problema com seriedade, com investimento certo e, principalmente, com responsabilidade, não com conluio com os presos. As facções criminosas cresceram no Estado de



rod.: 01 fl.:51 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

São Paulo justamente no momento em que o Governo se omitiu - por conveniência ou por condescendência criminosa - em fazer o seu trabalho fiscalizador.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Tem a palavra a nobre Vereadora Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Boa tarde, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o nobre Deputado e dizer que esta Casa fica muito feliz co sua vinda hoje.

Nobre Deputado Olímpio Gomes, esta Casa é também de V.Exa., que é cidadão da cidade de São Paulo.

Quero parabenizar, na pessoa do Sr. Presidente desta Casa e do nobre Vereador, que preside esta sessão, a Mesa Diretora pela sensibilidade em aceitar possibilitar-nos ouvir essas informações tão importantes. Isso demonstra que a Câmara Municipal de São Paulo está sendo imparcial, está levando os anseios da população à ordem do dia, não pensando em levar apenas seus trabalhos com coloração partidária e não temendo colocar o dedo na ferida, como é necessário fazer.

Nobre Deputado, eu não o conhecia pessoalmente, mas tenho acompanhado seu trabalho. Quero dizer que, a partir de hoje, V.Exa. entra nas minhas orações. Acredito muito em Deus e quero que Ele o proteja 24 horas por dia, porque V.Exa. vai precisar de muita proteção. Que Ele renove essas energias e essa sua coragem para possibilitar que V.Exa. dê continuidade a esse trabalho tão relevante para a população não só da cidade, do Estado de São Paulo, mas do País.



rod.: 01 fl.: 52 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

Nós, na Câmara Municipal de São Paulo, representamos, como bem falou o nobre Deputado, 11 milhões de habitantes. E a grande maioria da corporação que tem a responsabilidade de garantir a segurança é formada por moradores e cidadãos desta cidade. V.Exa. apresenta dados - e V.Exa. é dessa área da segurança e, portanto, não apresenta apenas falácias, denunciamentos, mas apresenta documentos, notas. E está correto V.Exa. ao vir fazer este debate aqui e tem de ser respeitado por isso. Não me importa se sua base eleitoral é de Bragança.

Aliás, quero parabenizar todos os que levaram um homem com sua coragem à Assembléia Legislativa. Apesar de terem decorrido apenas 20 dias, V.Exa. está correto em assim agir, porque todo parlamentar que, de fato, assume mandato parlamentar em bases que o levaram até lá tem de fazê-lo com o vigor que V.Exa. tem demonstrado desde o primeiro momento, mesmo que os demais estejam preocupados com outras questões. V.Exa. está corretíssimo. Não desista. Não desanime. Com minha modesta contribuição, quero me somar aos seus esforços e dizer que V.Exa. tem uma parceira. V.Exa. representa não só a corporação, mas a moralidade pública com sua atitude e coragem de apontar os rumos das correções a serem feitas para que, de fato, possamos garantir segurança pública para a população que representamos.

Algumas vezes, nesta Casa, ocupo a tribuna para criticar duramente o Governo dos "tucanos", defendendo a corporação da Polícia Militar, porque é muito fácil jogar a culpa na PM sem discutir as questões estruturais, os baixos salários, o "vale-coxinha", a falta de informação, a falta de tratamento psicológico. Estou acompanhando o caso de um policial militar que foi aquartelado, adoeceu e, no meio



rod.: 01 fl.:53 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

daquela crise, terminou dando um tiro na esposa, na frente de seu filho, e dando um tiro na própria cabeça, quando faleceu. E hoje a família está brigando para conseguir que o filho, que tinha 3 anos à época do fato, possa ter direito ao salário integral do pai.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Trata-se do Sargento Paulo César.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Exatamente. Estão querendo pagar apenas 300 reais a essa criança, que foi vítima de uma irresponsabilidade.

Sr. Presidente, teremos de trazer o nobre Deputado novamente a esta Casa, mas não em uma sessão que não seja oficial.

Tem de ser sessão oficial, porque a gente sabe o que ocorre nos bastidores, quando há interesses de "protegimento" a certas autoridades. E aí temos obrigação de interagir, dar respaldo e debater, sim, porque dizer que o Vereador da cidade de São Paulo não tem prerrogativas de debater uma matéria que tem de ser apurada pelo Governo do Estado, isso é balela, isso é falácia. Nós temos essa responsabilidade, sim, porque representamos 11 milhões de habitantes, e aí está inserida a maioria da população; nesta Casa deveria haver os maiores esforços, até pela dimensão populacional da nossa cidade, de a segurança ser tratada como prioridade.

Eu, nobre Deputado, sou uma pessoa que tem discordado muito dessa lógica tucana de governar, que transfere a responsabilidade para as organizações sociais, porque é mais fácil, pois, se não está no âmbito do concurso público, do servidor de carreira, fica mais fácil tirar na reta a responsabilidade - não é? -, de não se apurar. E a gente sabe muitíssimo bem. Quanto ao que V.Exa. está passando,



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 57 do proc.
n° 53 n. de 2007
Assistência Parlamentar
RF 100.453

rod.: 01 fl.:54 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

solidarizo-me, e sei que V.Exa. vai encontrar muitas dificuldades, e eu vou estar numa corrente positiva, para que V.Exa. não desista e seja protegido, porque até temo pela sua segurança, devido ao enfretamento que V.Exa. está fazendo, porque aqueles que não desistem - e a gente sabe como é o poder neste país, lamentavelmente. Nós estamos engatinhando para construir a democracia e garantir cidadania à população brasileira, e a gente sabe dos interesses. Então, mexeu com setores, há outros setores que influenciam, articulam. E é por isso que aqueles que haviam assinado a CPI desistiram, envergonhados, mas desistiram, porque é assim que as coisas funcionam, não é? Tem comando.

E aí, falando em comando, queria trazer a esta Casa a nossa responsabilidade de discutirmos, sim, porque estamos em território nosso. A população nos elegeu para isso: tudo que afetar a população da cidade de São Paulo nós temos de interferir, temos de aliar, sim.

Ora! O Sr. Prefeito fujão, que virou Governador - e aí não é uma questão de coloração partidária - está governando, está mandando na cidade de São Paulo. Agora, tenho ouvido, pela bancada do PSDB, rumores de que um dos principais últimos responsáveis que conduziu toda essa política quer vir ser Prefeito da cidade de São Paulo. Então, temos de apurar. Se não apurar lá, a gente cria as condições para apurar nesta Casa, porque as vidas a que V.Exa. se refere, em sua maioria, foram moradores da cidade de São Paulo, e nós representamos; os familiares desses policiais que perderam a vida, em todo esse constrangimento, em toda essa agressão psicossocial que a população viveu diz respeito a nós, sim.



rod.: 01 fl.:55 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Então, se lá há esquema para não se apurar, nós vamos criar as condições objetivas nesta Casa, e vamos ter de dar respaldo sim, obviamente respeitando o ordenamento jurídico, no sentido de possibilitar fortalecer ação como essa. Assim, quero deixar claro isso e discordar de algumas considerações de alguns companheiros - que até entendo, porque fazem parte, há quase 20 anos, do partido do governo responsável por esse estado de UTI da Segurança Pública, e aí não dá para tirar a responsabilidade.

Só lamento que o nobre Vereador Natalini não esteja presente hoje, não é? Porque hoje estamos ouvindo coisas de pessoa que é da área, da carreira, com comprovação, e eu lamento que o Sr. Governador... Não sei se S.Exa. recebeu esses dados, para apurar, para garantir as punições e as medidas eficazes para coibir esse tipo de situação.

Muito me comoveu quando V.Exa. numa de suas falas, se colocou, porque temos uma imagem do policial - que fazem questão de nos imputar - que mata bandidos, que não está nem aí. V.Exa. falou do "preso-morcego". Então, V.Exa. está preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Concluindo, nobre Vereadora.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Então, V.Exa. está preocupado também com a questão da cidadania e das causas sociais que elevam a questão do crime.

Como não tenho tempo agora - vou querer respeitar esse limite, apesar de o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. ter falado por 13 minutos, não é, Sr. Presidente?



Folhaº 59 do proc.
nº 53 n.º de 2007
Assistente Parlamentar
RE 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:56 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Vereadora Claudete Alves, quantos minutos foram?

A SRA. CLAUDETE ALVES - Foram 13 minutos - eu contei e mostrei para Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Pelo meu cronômetro, realmente S.Exa. falou por cinco minutos e 27 segundos. Eu cronometrei aqui.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Mas S. Exa. falou por duas vezes, e eu contei as duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Mas a nobre Vereadora - e até o nobre Vereador Eliseu Gabriel veio me questionar -agora, já falou por quatro minutos e 16 segundos. E eu estou respeitando a fala, que está muito interessante. Mas, concluindo, nobre Vereadora, e V.Exa. já está inscrita para depois.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Para, de novo, fazer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Sem dúvida alguma.

A SRA. CLAUDETE ALVES - OK.

Mas eu ainda queria dizer que o peso dessa responsabilidade da Câmara Municipal, essa tarefa, não é somente de V.Exa. É de todos os Srs. Vereadores que assumiram o compromisso de defender a população da cidade de São Paulo, de todos que foram eleitos, com essa base, e aí é tarefa, sim.

E quero lembrar desse microfone que ação compartilhada dos governos - que eu acho interessante, e não vejo problema -, ela também tem de ser uma ação compartilhada da apuração das irregularidades e



rod.: 01 fl.:57 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

das responsabilidades dos Parlamentos também, independentemente das esferas de governo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Vereadora, concluindo, por gentileza.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Concluindo, vou fazer alguns questionamentos e deixar registrado que hoje é um dia histórico nesta Casa, pois temos a presença de V.Exa. Quero parabenizar seus eleitores dizendo: "Vinte dias é pouco tempo, mas isso é dignidade e compromisso com os eleitores."

Parabéns, nobre deputado.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Parabenizo a manifestação de V.Exa., principalmente no que se refere às orações, porque realmente qualquer profissional que estiver em meu lugar precisa ter apego muito grande na fé. Sei exatamente que um policial que toma atitudes que estou tomando necessita de que um ser superior a nós dê a sua devida proteção.

Com relação a esta Casa ser um cenário para esses fatos, dentro da cidade de São Paulo servidores do município também foram atacados. Muito embora não houvesse óbitos de guardas civis metropolitanos, tivemos bases da Guarda Civil Metropolitana que foram atacadas. Muitos guardas municipais foram feridos, mas felizmente não foram mortos.

O cenário mais macabro foi a cidade de São Paulo. Daí reitero os cumprimentos de coragem desta Casa em se preocupar com algo que foi tenebroso à população desta cidade.

Por tudo isso cumprimento V.Exas., colocando-me à disposição.



rod.: 01 fl.:58 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Tem a palavra o nobre Vereador Chico Macena, próximo inscrito.

O SR. CHICO MACENA - Primeiramente cumprimento V.Exa. pela coragem de estar trazendo esse tema desta forma a esta Casa.

Tal tema diz respeito à Câmara e à cidade de São Paulo. Basta lembrarmos o que esta cidade vivenciou com os ataques da facção criminosa. Foi esta cidade que parou, ficou aterrorizada, viu o transporte coletivo ser parado com ateamamento de fogo, e ficou com medo de sair às ruas em ver a população comum ser atingida por uma bala perdida.

Fiquei chocado, como muitos paulistanos, com o que aconteceu aqui. Cabe à Câmara Municipal discutir esse assunto e todos que dizem respeito à cidade. Vamos discutir na comissão de estudos o que está ocorrendo no Aeroporto de Congonhas.

Não se trata de uma questão partidária. Conheci V.Exa. hoje, não conhecia antes e da mesma forma que fiquei chocado com o que aconteceu, algumas declarações que V.Exa. deu à época dos acontecimentos não concordo, como a idéia do revide, do olho por olho e dente por dente. Talvez a imprensa tenha veiculado de forma equivocada alguns fatos. V.Exa. pode até esclarecer tudo isso nesta oportunidade.

Não é porque marginais tiram vidas de pessoas que eu não defenda que o Estado tenha de agir somente na forma da lei. Portanto, o Estado não pode se utilizar dos mesmos instrumentos que a ilegalidade utiliza.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Protocolo nº 53 de 207
Assistente Parlamentar
RF 100.453

rod.: 01 fl.:59 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Tudo isso que disse até agora não invalida questões que V.Exa. trouxe aqui, da mais alta gravidade e que devem ser apuradas com serenidade e a gravidade que as denúncias trazem, mas os fatos não podem ser escondidos e nem colocadas numa cortina, onde pode haver uma disputa política atrás de tudo isso, e que isso não possa ser colocado como questões pertinentes a outras cidades e não a cidade de São Paulo, até porque o que ocorre em presídios muitos de nós sabemos. Todos nós também sabemos qual foi a política do Governo do PSDB nos últimos oito anos pelo menos, exportar presídios para o interior do Estado de São Paulo, inclusive pessoas que estão presas no Município de São Paulo para o interior.

Portanto, o que ocorre lá, o revide deles acontece na cidade de São Paulo porque sua grande maioria são moradores da cidade e tem suas famílias na cidade de São Paulo.

Inclusive fiquei estarrecido em um certo momento. V.Exa. também chegou a insinuar isso nas declarações que pudesse haver um acordo no momento da crise, em que a população estava apavorada e em que a cidade tinha medo de sair de suas casas para o trabalho e a escola nas ruas, podendo até haver acordo entre autoridades de Segurança deste Estado e dirigentes e lideranças dessa facção.

Esses casos são da mais alta gravidade; esses casos não podem deixar de ser esclarecidos e colocados a público, sob pena de abandonarmos o Estado de Direito; sob pena de continuarmos consentindo que exista ou que se queira colocar um estado paralelo, um estado do crime. Esse estado paralelo que quer se colocar na Cidade de São Paulo não pode em nenhum momento, por conveniência, por interesses pessoais



rod.: 01 fl.: 60 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

ou por interesses de grupos ter algum tipo de articulação ou de convivência com as autoridades penitenciárias.

Concluindo, gostaria de cumprimentar e dizer que espero que esta Casa, inclusive com as notas taquigráficas da sessão de hoje, possa continuar esse debate. E, espero que V.Exa. continue nas instâncias devidas na Assembléia Legislativa, no Ministério Público, na Justiça para que possamos apurar o que ocorre no sistema penitenciário, o que diz respeito sim a Cidade de São Paulo.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Agradeço manifestação de V.Exa.

Em relação às minhas declarações ou posturas durante os ataques, em nenhum momento a Polícia Militar ou a Polícia Civil, que são organizações legalistas, podem ou devem sair da lei para combater o fora da lei.

Ocorre que naquele momento, naquela semana, naquela circunstância estávamos num verdadeiro estado de guerra. Não podíamos, pela responsabilidade que tínhamos com os cidadãos, com os 40 milhões de habitantes do Estado de São Paulo, demonstrar fraqueza ou demonstrar que nos dobraríamos ante a força das facções, a força demonstrada e a fraqueza do Estado.

Não insinuei que houve acordo, eu afirmei que houve acordo, é diferente, para que se encerrassem os ataques. Quando a advogada Iracema, da ong Nova Era, foi no avião da Polícia Militar para Presidente Prudente, ela foi sim para negociar o fim da rebelião. O Estado se rendeu a ela momentaneamente e às facções.

Digo a V.Exa. que tínhamos 26 vagas no presídio federal no Paraná e nenhum preso de facção foi movimentado para esse presídio



Câmara Municipal

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº	64	do proc.
nº	53	nº 20
Eva B. G. Costa, Assistente Parlamentar RFA 453		

rod.: 01 fl.: 61 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

porque os representantes das ongs puseram a faca na garganta do Governo. Esse ano que passou e nestes três meses. Nenhum preso, seja do grau de periculosidade que for no Estado de São Paulo, foi levado para o Presídio Federal de Catanduvas, mesmo existindo as vagas.

Então, a questão de ter dado declarações de dizer à tropa da polícia militar "redobre a munição; morra, mas morra com dignidade; não se dobre ante o criminoso; a população precisa de nós". Na guerra vamos usar as armas que tivermos e na intensidade que nós dispusermos no momento. Era um momento de extrema delicadeza em relação à segurança do Estado.

O Governo perdeu completamente o controle e a população atônita esperando uma resposta especial de polícia. Essa resposta não poderia ter sido além da lei, mas não se ficar acuado sem cumprir as suas obrigações constitucionais. Então, que V. Exa. saiba que todo o posicionamento em relação a posturas mais aguerridas, a dizer aos policiais que tínhamos a obrigação de ir para o enfrentamento ao invés de nos acuarmos nós partimos para a marginalidade; e aqueles que revidassem eventuais posturas de abordagem que tomassem a devida prisão ou a refrega merecida ou até o embate em troca de tiros.

Continuo afirmando com a consciência tranqüila, sou cristão, pertencço a uma organização que é 100% legalista. No momento em que saímos da lei partimos para a barbárie, para a terra sem lei. Nós não podemos permitir que isso aconteça nunca.

Mas, no momento da guerra produzida por omissão do Estado, nós tínhamos a força policial como último escudo da sociedade. Muitos tombaram defendendo a sociedade; outros tombaram por serem policiais ou



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha 65 do proc.
Assis. Anta Parlamentar
RF 100.453

rod.: 01 fl.: 62 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

parentes de policiais. Mas, garanto a V.Exa. que nenhum de nós se omitiu ou fugiu em defesa das suas obrigações constitucionais.

Por isso o meu posicionamento como representante de entidade policial naquele momento, eu tinha a obrigação de falar à sociedade qual era o sentimento do policial. V.Exa. imagina a situação. Eu estava ainda no serviço ativo da corporação e sabia que casas e policiais estavam sendo atacados. Sair para o serviço para defender a população sem ter a certeza de retornar é uma regra da vida; agora, sem ter a certeza de encontrar nossos entes queridos incólumes de eventuais refregas ou ataques ou retaliações de marginais? V.Exa. pode imaginar o que se passava na cabeça dos policiais civis e militares, dos guardas municipais, dos agentes penitenciários.

Sou filho de agente penitenciário, sei o tamanho da tragédia que é quando um pai sai para o trabalho, se vai retornar ou não porque ficará confinado com presos por doze horas, e numa estrutura carcomida.

Tenha V.Exa. a certeza de que a nossa organização policial é 100% legalista. Não compactuamos com excessos ou com aqueles que se desviam da conduta da lei um minuto que seja.

Agradeço mais uma vez a manifestação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Tem a palavra o próximo inscrito, nobre Vereador Farhat.

O SR. FARHAT - Obrigado, Sr. Presidente, aproveito para saudá-lo, para saudar o Deputado Major Olímpio, cumprimentá-lo pela eleição. Aliás, a eleição de V.Exa. foi justa, precisamos ter mais representantes do setor da Segurança Pública na política, assim como



rod.: 01 fl.: 63 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

foi importante também a recondução do Deputado Conte Lopes à Assembléia, e uma cadeira para o Deputado Fernando Capez. Dessa forma, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tem três representantes importantes da área da Segurança Pública, que hoje é a maior preocupação dos habitantes das grandes cidades.

Quero informar que encontrei V.Exa. várias vezes em movimentos promovidos por familiares de vítimas. V.Exa. sempre esteve presente manifestando solidariedade às famílias.

É importante, deputado, que nós legisladores - em que pese de instâncias diferentes - debatamos a Segurança Pública. Evidentemente, sabemos que a legislação que cuida do Código Penal, do Código do Processo Penal, da Lei das Execuções Penais, assim como do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que contempla a maioridade aos 18 anos, na minha opinião um absurdo, precisa melhorar. Não é porque estamos na base da pirâmide política - Vereadores e Deputados - que não devamos debater os problemas da Segurança Pública.

Recordo-me de que na minha primeira eleição, propusemos a instalação na Casa de Comissão de Segurança Pública, que foi criada e faz parte das demais comissões da Casa, e tem desenvolvido um trabalho extenso. Espero que neste ano continue debatendo as questões do setor da Segurança.

Quero também ficar ao lado de V.Exa. quanto às críticas feitas. Além das denúncias proferidas, as críticas são importantes principalmente no que tange ao nosso sistema penitenciário, ao sistema prisional que em nossa opinião está falido. Não podemos admitir que um país tenha 500 mil mandados de prisão expedidos e não-cumpridos! São



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº 67 do proc.
nº 53 n.º de 2007
Assistência Parlamentar
RF 100.453

rod.: 01 fl.: 64 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

500 mil meliantes, condenados pela Justiça, soltos pelas ruas. Esse exemplo nos dá a dimensão da falência do sistema de Segurança Pública. No mínimo, o mínimo que os governos tem de fazer - e nas três instâncias - é criar uma estrutura prisional, abrir vagas.

V.Exa. sabe mais do que eu que nos Estados Unidos há dois milhões de pessoas encarceradas, evidentemente delinqüiram, mereceram estar e estão presas. Aqui no Brasil há 500 mil mandados de prisão sem execução. As pessoas estão soltas pelas ruas. O primeiro passo é a construção de presídios.

Temos o Fundo Penitenciário advindo de verba das várias loterias, da jogatina que há no País, que não é aproveitada. Os Estados quando constroem presídios o fazem da forma como V.Exa. denunciou, são construções superfaturadas, verba sendo desviadas.

Deputado Major Olimpio, eu apresentei nesta Casa, na última LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias proposta de que o Município de São Paulo fosse responsável pela construção de presídios municipais. Claro, o gerenciamento, a estrutura, as pessoas seriam de responsabilidade do Estado, no âmbito da policial estadual que cuida, que gerencia os presídios. Mas a construção dos presídios deveria ter a participação do Município. Apresentei a emenda, mas lamentavelmente não foi incluída na LDO. Mas há consenso entre os Vereadores de que este ano será incluída e tentaremos incluir no Orçamento da cidade verba para construção de presídios em função do déficit violento de vagas no sistema prisional.

Então, Major, não vou me estender, estamos aqui há quase seis horas e há outros Vereadores inscritos, mas quero cumprimentá-lo por



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folhaº	68	do prot.
nº	3	
Eva Porzinski		
Assistente Parlamentar		
RF 700.453		

rod.: 01 fl.:65 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

abordar o assunto da modificação da lei dos crimes hediondos que se, por um lado, corrigiu uma injustiça cometida pelo Poder Judiciário - até me atrevo a dizer -, considerando que os condenados por crimes hediondos pudessem progredir, ou seja, passar para o regime semi-aberto depois de cumprir apenas um sexto da pena, agora pelo menos o Congresso Nacional aumentou para o cumprimento de dois quintos da pena para o condenado por crimes hediondos progredir para o regime semi-aberto, e três quintos para o reincidente, por outro lado, V.Exa. lembrou muito bem, possibilitou responder o processo em liberdade, liberdade provisória. Então, se por um lado ele endureceu um pouco, por outro lado abriu a mão lamentavelmente.

Além disso, temos de lembrar - e V.Exa. resvalou nesse assunto embora comentando outro - do problema das saídas temporárias, que aqui em São Paulo são em número mínimo de cinco. Os presos que estão em semiliberdade podem passar em casa o Natal, o ano novo, a Páscoa, o Dia das Mães e o Dia das Crianças. No Estado de São Paulo essas saídas temporárias beneficiam cerca de dez mil presos em regime semi-aberto. Muitos usam essas saídas temporárias para delinquir, para se juntar às suas facções criminosas, e muitos deles nem voltam também. Então, nós, Vereadores e V.Exa., um representante digno da segurança pública, temos de continuar pressionando, denunciando, exigindo mudança da legislação.

Semana passada, Major, estive em meu gabinete um engenheiro, meu amigo de infância, pedindo ajuda porque a empresa dele tem um sistema de bloqueio de celulares. Eu falei: "Como assim? Pelo que foi divulgado até agora, não haveria possibilidade disso". O sistema



Folha nº 53 de 67 do proc. nº 53 de 2007
Assistente Parlamentar
R.F. 100.000

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 66 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

bloqueia celulares apenas nos presídios, não na região do entorno, como o que deu problemas e não foi implantado. Ele não estava conseguindo fazer contato com organismos da segurança pública, com a administração penitenciária, para apresentar uma proposta. Ele veio a mim depois de ter feito contato com outras pessoas. Soube anteontem que ele conseguiu fazer contato para apresentar esse projeto nacional para possibilitar o bloqueio de celulares nas penitenciárias.

Temos de implantar essas medidas, assim como a penalização administrativa daqueles que utilizam celulares, os presos, os diretores. Enfim, há uma série de providências legislativas e administrativas que temos de tomar e V.Exa., com apenas alguns dias de mandato, já está à frente dessa luta que a cidade de São Paulo precisa fazer, o País precisa fazer para minimizar os problemas de segurança pública.

Quero apenas fazer uma questão, uma curiosidade que tenho, quanto à privatização dos presídios. V.Exa. é um experto no assunto e gostaria de saber a sua opinião sobre a privatização dos presídios.

Agradeço ao Sr. Presidente e a V.Exa. pela paciência em me ouvir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Nobre Deputado Olímpio, vamos ouvir os outros inscritos e, ao final, V.Exa. poderá responder. Vamos passar a palavra ao nobre Vereador João Antônio, que parece que já fez doze perguntas, mas terá o tempo exato de dois minutos, segundo as regras.



Folha nº 53 do proc. 70
Assistente Parlamentar
RF 000.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 67 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. JOÃO ANTÔNIO - Sr. Presidente, depois das regras estabelecidas eu me inscrevi. Mas muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

Quero me dirigir novamente ao Major Olímpio Gomes para dizer que realmente não podemos partidizar esse debate. A questão é de toda a sociedade, de todas as religiões, de todos os partidos políticos. A responsabilidade é de todos nós, mas não podemos deixar de registrar alguns fatos.

Primeiro fato: o PCC nasceu dentro do Governo dos "tucanos". Antes não havia PCC no Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo. Isso nós temos que dizer! Cresceu, se espalhou e criou um poder paralelo ao poder do Estado. Isso é fato. Não admito, nem que seja na base do cochicho, acusações levianas do tipo que o Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. está fazendo.

Prove que tem militância do PT nesta história, nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr! V.Exa. está dizendo, cochichando. Não faça acusações levianas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOÃO ANTÔNIO - A que militância V.Exa. está se referindo? Devagar, nobre Vereador que estou ouvindo!

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - (fazendo soar a campainha)
- Nobres Srs. Vereadores, vamos fazer as perguntas ao nobre Deputado Olímpio Gomes.



Folhaº 71 do proc.
nº 53 n.º 2007
EVAZOLSKI
Assistente Parlamentar
RF 00.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 68 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

O SR. JOÃO ANTÔNIO - Nasceu, se consolidou, se esparramou e ameaça a população hoje no governo dos Tucanos. Antes não existia, isso é fato.

Segunda questão, praticamente nasci no Itaim Paulista. Ali vivo há 33 anos e moro na periferia e todos policiais meus amigos que moram no Itaim fazem "bicos" por conta dos baixos salários da corporação. Todos fazem "bico" para complementar o salário. Não conheço nenhum que não tenha tido necessidade de fazer "bico". Com doze anos não conseguiram resolver o problema salarial da corporação. O policial militar do Estado de São Paulo ganha menos que o policial militar do Acre! E olhe o poderio econômico de nosso Estado! Como se constrói segurança pública desse jeito sem valorizar aqueles que são fundamentais no combate ao crime?

Melhorou um pouquinho mas é fato que até hoje delegados e comandantes fazem "vaquinha" no comércio local para comprar peça de reposição das viaturas nas casas de auto-peças dos bairros. Até pedem as peças de reposição. V.Exa. conhece isso e pode me desmentir se não for fato. Conheço. Visito o delegado da 50ª que é do lado de minha casa e visito todas as sedes de corporação do bairro. Todos têm esse problema. Talvez seja só da minha região. Se for é localizado. Ali, todos fazem "vaquinha" para repor auto-peças nas viaturas. Sem contar que às vezes falta até gasolina. Como combater o crime organizado desta forma? Trago aqui, na hora que o PSDB quiser, 15, vinte depoimentos para comprovar o que estou dizendo. Todos os Srs. Vereadores sabem desta realidade! É um desgoverno. Não tem mais condição de combater o crime organizado com esse poderio que se deixou



rod.: 01 fl.: 69 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

montar no Estado de São Paulo, um verdadeiro estado paralelo. Não tem condição de combater o crime desse jeito.

Complemento a minha fala dizendo que V.Exa. traz graves denúncias a esta Casa. V.Exa. disse, por exemplo, que quando os presos têm indulto as ONGs continuam recebendo pela alimentação de quem não se alimenta nos presídios. É gravíssimo. V.Exa. trouxe a denúncia de que parte dos salários dos presos que trabalham para diminuir as penas, conforme o nosso ordenamento jurídico, vai para as ONGs. Pedágios que os presos pagam para as ONGs. V.Exa. trouxe denúncias com notas falsas provando desvio de compra de material de construção.

Com todo o respeito que tenho pelo PSDB, pois minhas divergências são políticas, sei que o PSDB dirá, em pouco, a V.Exa., que V.Exa. trouxe duas denúncias da cidade de São Paulo. Mas sou cidadão paulista e o que acontece em Ilha Comprida é responsabilidade minha. V.Exa. como deputado está exatamente no seu papel.

Por fim, desejo dizer a V.Exa. o seguinte: sou Vereador de segundo mandato. Apreendi a conhecer um grande parlamento. Não conheço a Assembléia Legislativa. Fui assessor ali em 1984 do Deputado Anísio Batista, grande amigo. O problema objetivo, que é fato, é que no Congresso Nacional - e não tiro o direito deles como oposição - exigem CPI para investigar tudo, até para denúncia infundada existe CPI. Argumentam dizendo que a Constituição garante o direito das minorias nos parlamentos. Aliás, nossa Constituição diz que a CPI é um instrumento da minoria fiscalizar o Executivo. Acontece que têm uma prática na oposição e outra na situação. No Estado de São Paulo foram 72 arquivadas. V.Exa. ainda não estava lá. Foi a do CDHU, da Febem, do



rod.: 01 fl.: 70 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

superfaturamento do Rodoanel, do superfaturamento do aprofundamento da calha do Rio Tietê, da linha 4 do Metrô.

Todas arquivadas porque o PSDB tem pavor de ser investigado. Só temos uma solução: vamos insistir com a Opinião Pública porque denúncias como essas precisam ser passadas a limpo, é preciso uma CPI para investigar. Por que não? Por que eles não deixam abrir essa CPI? Ainda mais com V.Exa. presidindo a CPI. E a única questão que V.Exa. levanta de fundamental é colocar em ordem a segurança pública do Estado de São Paulo, nada mais do que isso. Até porque o seu partido apóia o Governo do Estado. Por que não instalam a CPI? Porque eles não querem o governo deles passado a limpo, nobre Deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - A próxima inscrita é a nobre Vereadora Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Sr. Presidente, quero fazer meus questionamentos, mas vou colocar duas perguntas simples. Já quero colocar ao nobre Deputado que antes de V.Exa. sair gostaria de ter uns minutos porque tenho uma documentação a passar para V.Exa. Quero dizer que pode contar com esta Vereadora a partir daqui nessa luta.

Quero reforçar uma questão que o nobre Vereador João Antônio colocou que mesmo que não queiramos partidarizar, não dá para omitir no maior Parlamento da América Latina que a responsabilidade disso tem um nome, uma sigla, tem um bico duro, que é o bico duro dos Tucanos, que governa este Estado há 20 anos, é claro que tem pessoas sérias. Por que digo isso? Porque todo esse caos se instaurou na nossa cidade, no nosso país, principalmente quando assumiram a gestão da Federação,



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 74 do proc.
nº 330
Eva Paçoliski
Assistência Parlamentar
RF 00.453

rod.: 01 fl.: 71 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

dois mandatos consecutivos de FHC. Não acho que são três anos de PSDB no governo do Estado e são os responsáveis. Sempre disseram que são os que moralizam, os eficientes e constatamos de um nobre colega Deputado Estadual, como disse o nobre Vereador João Antônio, que faz parte da base governista do PSDB e que tem essa coragem de trazer aqui essas denúncias gravíssimas. Não se trata de partidizar o debate. É claro que temos disputas ideológicas que se polarizam, principalmente, entre PT e PSDB, mas é uma constatação óbvia de que os Tucanos são incompetentes. Incompetentes! Não têm capacidade nenhuma de gerir a Educação, a Segurança Pública, nem de administrar nada. E qual é a saída pela tangente quando assumem a responsabilidade delegada pelos eleitores de governar o país, a Cidade, o Estado? Mesmo quando estão impedidos o fazem da mesma forma. Transferem a responsabilidade para as organizações sociais. Esse é o grande questionamento que faço. Tem alguns setores em que até se admite, mas Saúde, Educação, Segurança Pública, Habitação, não. Então, vamos rediscutir o Estado. Vamos rever o manifesto, vamos rediscutir o Estado Brasileiro para continuar na lógica.

Quero fazer duas perguntas a V.Exa.: eu já sofri o que V.Exa. está sofrendo continuando nessa luta, poderá ocorrer de ser retirado do legítimo poder conferido nas urnas para atender interesses outros. Essa é outra história que não cabe aqui colocar. Espero que com V.Exa. isso não aconteça. Aliás, que o senhor continue vivo, temo por isso. Reafirmo que V.Exa. continuará nas minhas orações.

No episódio da maior crise do Brasil, no pior Dia das Mães, que gerou uma série de problemas para a população, uma comoção



rod.: 01 fl.: 72 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

nacional, tenho uma curiosidade. V.Exa. colocou aqui, mas não entendi muito bem. O final dos ataques foi negociado? Negociado por quem? V.Exa. colocou aqui da tribuna que não estava insinuando, estava afirmando sobre o final daqueles ataques de bombas a prédios públicos e tudo mais, do PCC - costume dizer que tem dois PCCs, o oficial e o informal.

E a segunda e última pergunta é a seguinte: eu estava fazendo o meu mestrado na PUC e tivemos de esvaziar em 20 minutos o prédio, porque chegou uma notícia de que como não tinha sido atendida a exigência das TVs de plasma para que os reclusos pudessem assistir a Copa, eles iriam explodir algumas universidades e a PUC São Paulo estava na lista.

Sei que foi uma tarde, saímos numa correria, num atropelo, porque não dava para arriscar se cumpririam ou não a ameaça. E a informação que nos chegou é que houve uma negociação. Pergunto a V.Exa. se realmente foi ofertado e quem pagou os televisores, se que eles chegaram para atender a reivindicação das plasma tão comentadas?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Com a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL - Sr. Presidente, prezado Deputado Major Olímpio, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pela coragem, pela coragem, pela disposição de luta em um dos temas mais graves que vivemos no País. Eu ia apenas dizer isso. Parabenizá-lo. Mas observando os comentários dos meus colegas aqui, resolvi dizer algumas coisas também.



rod.: 01 fl.: 73 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

Acho uma irresponsabilidade de todos nós de ficarmos achando que o problema é do PT ou é do PSDB. Para mim isso é uma brincadeira, uma irresponsabilidade de todos nós, de todos os parlamentares e do povo brasileiro. Não é essa a questão. Vivemos uma crise estrutural do nosso Estado e na hora em que o Estado vai paulatinamente se desmontando começa a acontecer tudo: apagão aéreo, educação em péssimas condições, segurança que não existe mais. Isso acontece em todo mundo. É uma receita. Você fala: vamos diminuir o Estado aos poucos. A esculhambação vai acontecendo aos poucos. Vamos demolir o Estado de uma vez. A esculhambação acontece de uma vez.

Então vamos ver um exemplo: V.Exa., os nobres colegas vão lembrar muito bem do Iraque que era um estado. Tinha um poder central, tinha lá alguém que tinha o monopólio da violência, como deve ser o Poder Público, tinha esse monopólio. É assim que as coisas funcionam. No momento em que houve a invasão americana o que aconteceu? Paulatinamente o Estado Iraquiano foi sendo desmontado. Desmontaram-se os ministérios, a polícia, as universidades, os serviços públicos e o que aconteceu hoje no Iraque? Hoje ele não tem Estado. Então não há a mínima segurança. Não há segurança pública.

A mesma coisa vamos lembrar a guerra do Líbano - algumas pessoas não lembram. O nobre Vereador Netinho é muito jovem - a Guerra Civil que teve em Beirute. Desmantelou a política, o poder público se desmantelou em função da invasão de Israel, dos territórios Árabes, a fuga dos palestinos para o Líbano, aconteceu o quê? O poder político se desmantelou e cada grupo armado tomou um pedaço. Um pegou um pedaço



rod.: 01 fl.: 74 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

ao norte, outro pegou uma colina, outro pegou um pedaço onde tinha água. E assim vai.

E o que está acontecendo no Brasil é exatamente isso. Santo Deus. Nós estamos demolindo o País. O Estado já não tem controle sobre vastas áreas de regiões metropolitanas. Veja no Rio de Janeiro, são milícias formadas de policiais, porque o policial não presta, porque era do PSDB. Não é essa a questão. Santo Deus. O Estado está deteriorado porque decidimos que temos de dar o dinheiro público para o sistema financeiro. Isso é uma decisão de quem manda no País, há mais de 15 anos. Isso que temos de entender.

É louvável a atitude do nobre Deputado. Conte com meu apoio. Sou do Partido Socialista Brasileiro. O senhor pode contar com a gente no que for possível. Mas quero deixar claro, que não nos iludamos, que atrás de cassar bruxas vamos resolver o problema de segurança do País.

É isso que queria dizer nobre Deputado Major Olimpio. Parabéns pela sua luta, pela sua coragem. Essa é minha modesta contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Com a palavra o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. - Sr. Presidente, na verdade, quero fazer aqui dois encaminhamentos: claro que mais uma vez, como disse, reiteradas vezes aqui neste microfone, lamentar o fato e às vezes a tentação de alguns dos companheiros de partidizar o debate, enfim, isso não constrói absolutamente nada. Isso não avança. Não trás nada para o cidadão que nos acompanha, que está neste momento vendo atentamente o trabalho dos Srs. á neste momento vendo



Folhaº 78 do proc.
nº 537
Eva P. Costa,
Assistente Parlamentar
RF 104453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.: 75 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

atentamente o trabalho dos Srs. Vereadores na cidade. Quero cumprimentar aqui vereadores que me antecederam. Todos, de alguma maneira, procuraram oferecer sua contribuição dentro daquilo, dentro da proposta do Deputado Major Olimpio, de discutirmos, de debatermos, enfim, o sistema prisional, em especial na cidade de São Paulo.

Então quero lamentar o fato, e pessoalmente me desculpar com o eleitor com a eleitora que nos acompanha neste momento, pela TV, se em algum momento esse debate resvala para outro caminho. Não é esse o nosso desejo. Quero deixar claro minha posição e do meu partido, que o tema Segurança pública que nos toca a todos, nossas vidas, nossas famílias, não pode, em nenhum momento, ser tratado de maneira leviana, e de maneira a fazer debate partidário em palanque político e eleitoral. Lamento profundamente e repudio esse tipo de atitude.

Mas enfim, quero aqui, na verdade, fazer apenas encaminhamentos práticos, para que a gente tornasse a nossa reunião, que foi tão produtiva, tão elucidativa, nós a tornássemos práticas.

Como somos Câmara Municipal de São Paulo e nos atemos ao debate da cidade, primordialmente, queria, frente ao Deputado Major Olimpio fazer algumas considerações.

Efetivamente, ouvi uma denúncia contra o funcionário de uma ONG, em Santana, que tem um contrato de 4 milhões de reais. Segundo foi denunciado, esse funcionário faria sobreposição de tarefas, pelo que entendi da fala de V. Exa. e também existiria nesta ONG, a emissão, através de uma outra loja, na Rua Santa Ifigênia, de uma nota fria no valor de 40 mil reais.



Folha nº 80 do proc. 53
Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4
Eva B. Wiskowski
Assistente Parlamentar
nº 100.453

rod.: 01 fl.: 77 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

Neste momento, quero fazer algumas perguntas, pois tenho alguns amigos que já estiveram no sistema prisional, inclusive um deles está presente, Dr. José Augusto.

Quero saber a respeito da FUNAP, qual sua verdadeira função. Sabemos que deveria cuidar da implantação de empresas com mão-de-obra nas penitenciárias. Segundo informações que tenho, é um grande cabide de emprego.

A respeito de ONGs, sabemos que o Dr. Nagashi Furukawa fez um trabalho muito bom naquela cidade. Depois foi convidado a ser secretário de assuntos penitenciários. Isso foi mera coincidência ou foi pelo trabalho que fez, por merecimento?

Para concluir, fico orgulho de ter feito o requerimento para termos sua presença nesta Casa, pois V.Exa. trouxe informações estarrecedoras. Sabíamos alguma coisa do sistema prisional, mas V.Exa. nobre Deputado, é um profundo conhecedor do assunto, e todas as portas, da Assembléia, da Câmara, do cenário Federal precisam estar abertas para V.Exa.

Como Presidente da sessão neste momento, lamento a ausência da imprensa. Por toda a semana a imprensa acompanhou nossos trabalhos, é uma pena que não esteja presente hoje. Mas temos as notas taquigráficas, a transmissão da TV Câmara São Paulo. Vejo, neste momento, um amigo na imprensa, o que me deixa muito feliz.

Essa matéria nos preocupa muito. Nobre Vereador Farhat, fala-se em meio milhão de pessoas que estão nas ruas, mas deveriam estar atrás das grades.



rod.: 01 fl.:78 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Então, nobre Deputado, já o conheço há algum tempo e tinha certeza de que um dia V.Exa, por sua determinação, estaria na Assembléia Legislativa. Parabéns. Realmente, V.Exa. é um homem de peito de aço por encarar essa situação. Sem dúvida alguma, a população do nosso Estado, do nosso país, ficará, cada vez mais, orgulhosa de sua pessoa, que, com transparência apresenta essa situação. V.Exa. traz um material que dará muito que falar. Mas atitudes precisam ser tomadas.

Agora, V.Exa. tem a palavra para responder às perguntas formuladas.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Agradeço, Sr. Presidente.

Quanto à questão da privatização, apresentada pelo nobre Vereador e meu amigo Farhat. Com quem estive em reuniões com famílias de vítimas no Movimento de Resistência ao Crime, devo dizer que é uma realidade em muitos países. E é uma atividade extremamente lucrativa.

A Corretional Service, empresa que administra 27 presídios e 8 reformatórios - correspondentes às nossas Febems - nos Estados Unidos, foi, em 2005, a empresa que mais cresceu na Bolsa de Wall Street. Em nosso país, dentro do espírito das parcerias público-privadas, a privatização é uma necessidade diante do volume imenso de indivíduos já condenados e não encarcerados, diante do volume de presos que tem crescido, com o despertar da população em relação à segurança pública. Mas os investimentos ainda são pífios.

Em nosso país, as empresas, os investidores não acreditam que o Governo cumpra contratos. Se o Estado, o município ou a Federação parar de pagar ao fornecedor de merenda escolar, ele pára de fornecer.



rod.: 01 fl.:79 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Mas o que ele investiu - e hoje fica em 12 a 15 milhões a construção de um presídio - não será reavido. Então, o empresário recebe a tutela de 800 mil presos. De repente, na continuidade do contrato, o Estado deixa de pagar. O que o empresário ou a Justiça vai fazer, já que contratos e mais contratos não são cumpridos?

O caminho do investimento privado é uma necessidade. Nos Estados Unidos, 1% da população americana está encarcerada. E não é porque a lei é mais rígida, é porque tem de ser. No Brasil, matamos a vaca para acabar com o carrapato. Criamos a Lei 9099 para os crimes de pequeno potencial ofensivo, com o pensamento de que "esse indivíduo não é pernicioso à sociedade". Somos complacentes com os pequenos delitos e coniventes com os grandes crimes.

Mas talvez o empresariado não se sensibilize para isso. Temos dois ou três arremedos de situações, duas no Paraná, nas quais está se tentando o sistema de privatização dos presídios.

Faço um comparativo com presídios americanos, por exemplo, na questão da disciplina, do controle. V.Exa. vai a um banco e, se for passar pelo detector de metais, e estiver com um celular, o mesmo será identificado. O cidadão não entende como no acesso a um presídio, com controle de segurança, possam entrar, com tranquilidade, pessoas com celulares, com armas, com drogas.

Quanto aos bloqueadores, tivemos a primeira mega rebelião de presídios em junho de 2001, quando 29 presídios se rebelaram no Estado de São Paulo. No dia seguinte, foi veiculado pelos jornais a seguinte afirmação do Governo do Estado: "Vamos colocar bloqueadores nos presídios." Em 2003, tivemos uma nova rebelião de grande porte no



rod.: 01 fl.: 80 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

Estado de São Paulo. No dia seguinte, parecia que estávamos lendo as mesmas manchetes de 2001, "Vamos implantar bloqueadores".

Hoje se diz que os bloqueadores ficaram obsoletos em função da tecnologia das empresas de telefonia. Nos jornais de hoje, lemos, estarrecidos, que a direção da Anatel foi ouvida no Congresso Nacional e o diretor, um técnico, afirmou que hoje não temos condições de controlar os bloqueadores domésticos que estão sendo comercializados, clandestinamente, principalmente no centro de São Paulo. Esses bloqueadores, utilizados pelos marginais, conseguem bloquear o celular em uma pequena área. Impedem que o cidadão use o celular para chamar a Polícia. Custam R\$ 100,00, e são vendidos clandestinamente. Bloqueiam uma pequena área, mas o marginal já o está utilizando. E o Poder Público não consegue implantar um sistema de controle nas áreas prisionais.

Com relação à colocação do nobre Vereador João Antônio, a data de nascimento do PCC no registro oficial é setembro de 1994.

Foi quando se realizou, por autorização do Diretor do Presídio de Taubaté, - o falecido Dr. Pedrosa, que foi até assassinado posteriormente -, no dia em que foi feito o plebiscito das armas em 2005 -, mas ele autorizou que fosse realizado em, naquele momento, no presídio, um torneio de futebol entre presos. E aí os presos disseram: "Olhem, o Comando Caipira vai acabar com os presos da Capital, no futebol". E aí, os presos da Capital disseram: "não, nós somos o Primeiro Comando da Capital". Foi a origem do nome, foi até numa partida de futebol. E havia um dos fundadores do PCC, o "Geleião", que é um indivíduo de composição física muito avantajada, que, no decorrer



rod.: 01 fl.: 81 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

da partida, discutiu com um adversário do Comando Caipira, e matou o indivíduo a pancadas. E aquele foi o momento em que se fez o nascedouro do Primeiro Comando da Capital, que começou como um núcleo pequeno; depois, ele começou a ganhar forças, sim, a partir de 1995. O Desembargador Dr. Tales fez inúmeras denúncias, à época, a respeito disso. Os policiais trabalharam nisso. Nós dizíamos ao Governo: "Vamos tomar cuidado com a organização criminosa". "Não, esses caras estão assistindo muito filme; isso não existe". E se acabou justamente criando um sistema paralelo de administração dos presídios, e que nós verificamos, de forma lamentável, que não só por incompetência, por má-gestão, mas também por conluio e por crime.

Com relação ao Vereador João Antônio, S.Exa. falou que os policiais que ele conhece todos fazem um bico. Eu acho que esses policiais têm muita sorte de serem amigos do nobre Vereador, muito prestigiado, porque todos conseguiram um bico, porque, hoje, 70% da PM fazem um bico, e os outros 30 estão procurando para fazer, e não têm. Eu acho que aí os amigos policiais do nobre Vereador João Antônio têm muita sorte por serem amigo de S.Exa. e terem conseguido um bico, porque a questão do bico é terrível.

E S.Exa. disse até que um policial no Estado São Paulo, ganha menos do que o policial do Acre, mas o policial no Acre está com um salário inicial de R\$ 2.700,00, enquanto que, aqui no Estado de São Paulo, o salário está em R\$ 1.600,00, para aqueles que trabalham nas cidades com mais de 500 mil habitantes. Então, é muito mais.

O policial hoje faz um bico, ele trabalha cansado, com os reflexos de minutos, tem um programa seriíssimo de desagregação



rod.: 01 fl.: 82 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data: 12-04-07

familiar, porque eles saem do horário de trabalho, vão para uma "sobrejornada" no bico, ele morre no bico, e não tem garantia nenhuma a respeito disso. A família fica ao desamparo. O bico é pernicioso à saúde do policial, à instituição policial, à sociedade como um todo, e o policial não faz um bico para ganhar valores para esquiar na Europa, não; é para saciar a fome de filho. E esse é um problema seriíssimo.

Com relação às vaquinhas que S.Exa. citou de delegados e comandantes, para reposição de peças, eu costumo dizer que nós somos obrigados a isso, naquilo que eu chamo de "extorsão cívica", que é encarecer e mendigar à sociedade aquilo que é de obrigação do Estado. E, muitas vezes, as peças de reposição, de forma muito triste, elas acabam vindo das "Robautos" da vida, num ciclo macabro, onde um indivíduo está roubando o carro e, de repente, um policial, num desespero, para não ser colocado no policiamento ostensivo, ele vai buscar peças, em desmanches, para a viatura, e essas peças têm origem duvidosa - ou criminosas, o que é pior ainda.

Com relação à CPI ser um instrumento da minoria, está mais do que consagrado isso na nossa legislação, só que, na prática, a gente não tem sentido esse tipo de coisa.

E a busca pela opinião pública: é a população que faz modificar realmente o estado de coisas no nosso país, com todo respeito a todos nós que temos a delegação da população. Nós temos de ser, o tempo todo, instados e lembrados de que nós representamos a sociedade. Que bom que esta Casa já se tenha despertado para isso, para ir até além das suas obrigações, no intuito de proteger a sua população.



Câmara Municipal de

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 86 do proc. nº 53 2007
São Paulo

Eva Pogólski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

rod.: 01 fl.:83 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

A nobre Vereadora Claudete Alves colocou, e eu repito, a questão no final dos ataques do PCC: ela foi negociada, de fato, quando a Dra. Iracema, da ONG Nova Era, se deslocou, num avião da Polícia Militar - acompanhada por pessoas do sistema prisional, um Delegado do Denarc, um Coronel da Polícia Militar, recebida pelo Coronel Brandão, que era o Comandante do CPI -, foi ao presídio, para conversar com o Sr. Marcola que, a princípio, disse poucas palavras, ou monossílabos, que já fizeram entender que ele não estava ferido ou machucado, o que realmente foi o sinal, a senha, para que ela passasse a todo o sistema que o Sr. Marcola estava bem, e que não foi simplesmente a sufocação do esforço policial, do esforço governamental que redundou no final daquele estado de coisas, mas, sim, numa situação negociada no momento em que nós já tínhamos muitas vidas ceifadas. Isso acabou dando força de negociação às facções.

É um outro fato - negociado também para que não houvesse mais rebeliões em presídios ou qualquer outra circunstância que pudesse até comprometer politicamente: não foi movimentado nenhum preso, do Estado de São Paulo para o Presídio de Segurança Máxima de Catanduvas - muito embora o Governo Federal tenha disponibilizado 26 vagas.

Quanto às TVs, não eram TVs de plasma, mas TVs de maior polegada: foram adquiridos 50 televisores - esses 50 televisores representam mais do que um caminhão de televisores - que foram encaminhados, a maioria deles, para Presídio de Avaré, onde estava o Marcola, no momento, que foi uma reivindicação, uma exigência.



rod.: 01 fl.:84 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Ele exigiu que fosse trocada a cor do uniforme, e que entrassem os televisores. Foi autorizado pela Secretaria de Assuntos Penitenciários o acesso dos televisores.

Com relação àquele presídio, - só para V.Exas. tenham idéia das facilidades que havia e quem era o administrador daquele presídio, o Sr. Marcola - na véspera em que foram movimentados os presos para a Presidente Venceslau e depois para a Presidente Bernardes, que ensejou o início dos ataques, pela manhã o capitão André Luiz fez uma revista do presídio e retirou armas brancas e celulares. Em menos de 24 horas depois, quando presos foram movimentados e depois houve início de rebelião no presídio, esse mesmo capitão tomou um tiro na perna, na femural por arma de fogo. Não morreu graças a Deus e graças à agilidade dos médicos que o atenderam. Já havia dentro do presídio, após a revista da Polícia Militar, armas, celulares e drogas. Tudo isso mostra a V.Exas. o poder e a persuasão dos criminosos naquele presídio, que faziam valer as ordens para todo o sistema prisional.

A SRA. CLAUDETE ALVES - V.Exa. sabe a origem do dinheiro para a compra desses televisores?

O SR. OLÍMPIO GOMES - Não. Simplesmente mais de um caminhão entregou televisores. Foi autorizado o ingresso dessas televisões no Presídio de Avaré. Os produtos não foram confrontados e fiscalizados. Ao chegar um caminhão de televisores ou um televisor ao presídio, a mercadoria pode chegar às mãos do preso. É questionável pela sociedade



rod.: 01 fl.:85 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

se o preso tem ou não esse tipo de lazer. Esse não é o fórum para discutirmos isso.

A obrigação é se fazer uma desmontagem para saber se não há armas, drogas e celulares dentro desses aparelhos de televisores, e a determinação é que esses televisores ingressem em presídios até sem esse tipo de fiscalização. Aliás, eles entraram em caixas.

Com relação à manifestação do nobre Vereador Eliseu Gabriel, S.Exa. mostrou com muito conhecimento de causa a questão da crise estrutural. O nobre Vereador até falou sobre o monopólio da violência, mas o Estado tem o monopólio da força, da lei e dos tributos. Assim foi a concepção do Estado tripartite de Montesquieu.

A questão dessa desestruturação do Estado é um fato no nosso país. Essa diminuição do tamanho do Estado é uma questão bastante questionável, senão não estaríamos diminuindo a capacidade de o Estado exercer de fato o monopólio da força, dos tributos e da lei.

Com relação ao encaminhamento do nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr., essa documentação já vai ficar com a Presidência da Mesa. Acho muito próprio que as notas taquigráficas sejam enviadas à Assembléia Legislativa, para que talvez elas sensibilizem aquela Casa a tomar igual atitude ou até me censurar.

É mais do que positivo esses dois encaminhamentos. Gostaria que todos que tomarem conhecimento da documentação analisem com mais profundidade toda essa questão, porque a responsabilidade desta Casa, até da apuração, vai além dessa possibilidade simplesmente, as notas frias da Santa Ifigênia. Aliás, há muitas notas frias emitidas dentro do Município de São Paulo. V.Exas. podem verificar e fiscalizar tudo



rod.: 01 fl.:86 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

isso sob o aspecto da fiscalização tributária do Município de São Paulo.

Já me dou por satisfeito esta Casa ter aberto as portas para que um cidadão policial, antes de ser deputado por poucos dias simplesmente, talvez inexperiente e com uma visão infantil em relação à política, pudesse levar a V.Exas. esses dois fatos que V.Exa. fez requerimento. Se isso for apurado, já é um grande começo. Será um grande exemplo o que a Câmara Municipal dará no seu âmbito e no seu encaminhamento.

Com relação ao Presidente da Mesa, nobre Vereador Adilson Amadeu, agradeço mais uma vez a questão da Funap, criada justamente para fomentar e trazer o empresariado a participar em parcerias dentro de presídios.

Quanto ao cabide de empregos, essa é uma questão de apuração. Podem até dizer que seja uma estrutura necessária, já que há necessidade de encaminhamento de uma avaliação de conduta. Mesmo sem a instalação da CPI, temos de crer que existem, na Administração Pública em todos os níveis, autoridades públicas. Tomará Deus, que exista no Governado do Estado - acredito que existe - o propósito se de fazer algo diferente. Tenho certeza de que tudo isso está sendo objeto de análise minuciosa.

Tenho uma expectativa. Talvez o Governo do Estado corte na própria carne para poder fazer o que os cidadãos esperam e o que manifestou o nobre Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr.

Com relação a Bragança Paulista, recebi na semana passada a solicitação de alguns vereadores para que fizesse gestão junto ao



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha° 70 do proc.
n° 53 n. de 2007
Assistente Parlamentar:
RF 100.253

rod.: 01 fl.:87 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Governador para que renovasse convênios ou aumentasse os convênios da Apac de Bragança porque eles têm simplesmente a visão do lado positivo, ou a visão hipotética da melhora, da redução de custos. Eles não têm o conhecimento de quais formas ou de quais artifícios foram utilizados até para baratear custos ou para eventualmente ter uma gestão diferenciada. Os meios e os recursos do Estado não foram adequadamente, ou foram criminosamente desviados para isso.

Agradeço demais V.Exa., e a paciência dos Srs. Vereadores, pela oportunidade. Tantas e quantas vezes, ou para quaisquer questões da segurança pública ou desse cenário, a minha obrigação como cidadão é estar presente e responder na medida do que for possível, assumindo a responsabilidade de tudo aquilo que estou dizendo ou do que estou demonstrando.

Agradeço demais esta Casa pela sensibilidade na defesa do cidadão paulistano. E por consequência, levando um efeito multiplicador talvez para todas as câmaras municipais no Brasil. Dizem que o que é bom para São Paulo é bom para o Brasil. Tomara que o exemplo de hoje que vejam o exemplo que V.Exas. deram ao Brasil.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Deputado Olimpio Gomes, o nobre Vereador Jooji Hato estava em seu gabinete e entusiasmado com sua explanação e com as respostas que V.Exa. deu aos Srs. Vereadores, ele quer fazer se manifestar

O SR. JOOJI HATO - Major Olimpio, quero cumprimentá-lo. Não poderia deixar de fazer esta intervenção apesar das exaustivas que o senhor está nesta Casa de Leis trazendo informações importantíssimas.



rod.: 01 fl.:88 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

Não poderia deixar de dizer que fizemos uma lei que proíbe qualquer atividade em semáforo. Os semáforos nada mais são do que bazares das esquinas onde menores são escravizados, sofrendo inclusive assédio sexual. Quer dizer, são crianças e adolescentes explorados em locais públicos por "mães" e "pais" de rua. Essas crianças no futuro irão habitar os presídios.

Falo para que possamos unir forças, a Câmara Municipal, a Assembléia Legislativa, e, por que não, a Câmara Federal e o Senado. Já conversei com o presidente do Senado, Sr. Renan Calheiros, que é do meu partido e já expliquei várias leis que fiz nesta Cidade e que gostaria que se propagasse para todo o território, como aconteceu com a Lei Seca em Diadema que reduziu o índice de violência em 80%.

Mas, quero falar dos cruzamentos. É a escola das crianças e dos adolescentes. Se o senhor for nas proximidades da Salim Maluf irá encontrar crianças muito pequenas que não alcançam nem no retrovisor pedindo dinheiro, o que constrange a todos. As "mães" e "pais" de rua pegam esse dinheiro para usar drogas. Se não tomarmos alguma atitude, logo essas crianças estarão na FEBEM. E, se não forem mortas pela polícia, ocuparão os presídios.

Sabemos que a crise penitenciária é fruto da falta de prevenção na área de segurança. Tive o apoio de todos os Srs. Vereadores e continuamos lutando; mas, não é fácil. Sabemos que é difícil. O senhor está lutando na Assembléia e eu na Câmara.

É difícil alcançar o direito de ir e vir que não temos, mas que outras cidades têm. A cidade de Nova York conseguiu alcançar isso com o programa tolerância zero. Se Deus quiser, irmanados



rod.: 01 fl.:89 :
Orador(es):

rev.:

evento: 8854

data:12-04-07

conseguiremos a tolerância zero para este país ir e vir sem ser molestados.

Parabéns pelo trabalho e por esta visita ilustre que honra esta Casa. A Câmara Municipal de São Paulo se sente homenageada por sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Major Olímpio, todos estamos muito agradecidos e honrados com seu depoimento.

Quero colocar da seguinte maneira: o senhor tem muita munição para apresentar.

Neste momento estamos encerrando este trabalho. Será uma honra para todos nós sua presença nesta Casa, para nos informar e dar mais segurança ao povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. OLÍMPIO GOMES - Agradeço V.Exa. e aproveito este encerramento para fazer a entrega de uma cópia da documentação a V.Exa. para dar o devido encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

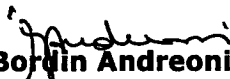
Papel para informação, rubricado como folha nº 93
do processo n.º 08-53 de 2007 27/04/07 (a) 1

Ev. 100.453
Assistente Parlamentar
RP 100.453

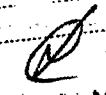
À SGP-33 – Sra. Supervisora:

Encaminho os presentes autos para arquivamento.

27/04/07


Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
Documento(s) rubricado(s) sob
n.º _____ a folha de informação
Sob n.º 94 02, 05/2007


LINA ANGÉLICA M. GURNAUSKAS
RF 100.927
SGP-33



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha n° 94
do processo 08-53 de 2007 02/05/2007

Lina A. M. Gumauskas
RF 100927

**SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 94 fls.
Arquivado em 02/05/2007
O Funcionário

Lina A. M. Gumauskas
RF 100927